

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	11
--------------------------------	----

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019	12
---	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	16
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	18
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	20
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	24
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	25
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	129
--	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	131
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	132
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	133
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.896.785
Preferenciais	0
Total	2.896.785
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	19.824.480	17.239.287
1.01	Ativo Circulante	4.573.417	2.544.436
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	234.261	136.208
1.01.02	Aplicações Financeiras	928.577	128.175
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	692.440	112.375
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	692.440	112.375
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	236.137	15.800
1.01.03	Contas a Receber	991.485	1.008.213
1.01.03.01	Clientes	991.485	1.008.213
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	876.912	912.315
1.01.03.01.02	Concessionários Transporte de energia	114.573	95.898
1.01.06	Tributos a Recuperar	406.201	363.049
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	406.201	363.049
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	406.201	363.049
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.012.893	908.791
1.01.08.03	Outros	2.012.893	908.791
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	218.906	112.337
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro da Concessão	325.790	189.017
1.01.08.03.06	Ativos de Contrato	229.394	171.849
1.01.08.03.07	Instrumentos financeiros Derivativos(SWAP)	619.119	234.766
1.01.08.03.08	Tributos Compensáveis	520.531	43.700
1.01.08.03.20	Outros Créditos	99.153	157.122
1.02	Ativo Não Circulante	15.251.063	14.694.851
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.136.770	5.502.915
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	100.445	315
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	100.445	315
1.02.01.04	Contas a Receber	2.640	573
1.02.01.04.02	Consumidores e Revendedores	2.640	573
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.033.685	5.502.027
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados a Litígio	156.018	350.051
1.02.01.10.04	Tributos Compensáveis	23.966	647.934
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.701.687	1.907.837
1.02.01.10.08	Instrumentos Financeiros Derivativos (SWAP)	2.665.023	1.456.178
1.02.01.10.09	Ativos de Contrato	1.387.384	1.024.385
1.02.01.10.10	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	42.129	51.581
1.02.01.10.20	Outros Créditos	57.478	64.061
1.02.02	Investimentos	7.318.702	7.341.485
1.02.02.01	Participações Societárias	7.318.702	7.341.485
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	464.907	551.426
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.337.847	3.299.920
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	3.515.948	3.490.139
1.02.03	Imobilizado	1.768.843	1.822.191
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.686.042	1.749.912
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	82.801	72.279
1.02.04	Intangível	26.748	28.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.04.01	Intangíveis	26.748	28.260
1.02.04.01.02	Intangível	26.748	28.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	19.824.480	17.239.287
2.01	Passivo Circulante	3.163.885	2.398.789
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56.859	50.048
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	56.859	50.048
2.01.02	Fornecedores	406.713	396.317
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	406.713	396.317
2.01.03	Obrigações Fiscais	95.993	39.008
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79.514	25.855
2.01.03.01.02	PASEP	11.017	2.973
2.01.03.01.03	COFINS	50.834	13.630
2.01.03.01.04	INSS	11.282	4.378
2.01.03.01.05	Outros	6.381	4.874
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	15.341	11.723
2.01.03.02.01	ICMS	15.341	11.723
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.138	1.430
2.01.03.03.01	ISSQN	1.138	1.430
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	947.083	739.872
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	294.132	45.876
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	185
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	294.132	45.691
2.01.04.02	Debêntures	652.951	693.996
2.01.05	Outras Obrigações	1.657.237	1.173.544
2.01.05.02	Outros	1.657.237	1.173.544
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	781.769	781.769
2.01.05.02.04	Encargos Regularórios	156.023	157.638
2.01.05.02.05	Obrigações Pós-Emprego	64.504	62.550
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	127.999	155.490
2.01.05.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos (Op de venda)	515.887	0
2.01.05.02.12	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	11.055	16.097
2.02	Passivo Não Circulante	11.156.415	9.704.297
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.845.011	6.968.685
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.418.090	5.997.355
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.418.090	5.997.355
2.02.01.02	Debêntures	426.921	971.330
2.02.02	Outras Obrigações	1.497.812	1.952.847
2.02.02.02	Outros	1.497.812	1.952.847
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	51.420	39.983
2.02.02.02.06	Obrigações Pós-Emprego	1.389.939	1.372.337
2.02.02.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos (Op de venda)	0	482.841
2.02.02.02.11	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	33.707	37.502
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	22.746	20.184
2.02.03	Tributos Diferidos	399.762	382.560
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	399.762	382.560
2.02.04	Provisões	413.830	400.205
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	413.830	400.205
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	292.439	285.903

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	71.000	69.044
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	195	182
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias ANEEL	3.278	3.004
2.02.04.01.06	Provisões Outras	46.918	42.072
2.03	Patrimônio Líquido	5.504.180	5.136.201
2.03.01	Capital Social Realizado	4.000.000	2.600.000
2.03.04	Reservas de Lucros	1.358.087	2.757.210
2.03.04.01	Reserva Legal	212.023	212.023
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.101.337	2.501.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	44.727	43.850
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	374.328	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-228.235	-221.009

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.644.541	5.021.748	1.496.330	5.174.410
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.704.445	4.830.700	1.608.823	4.675.991
3.01.02	Receita de Indenização da Transmissão	41.035	357.253	33.637	124.057
3.01.03	Receita de Concessão de Transmissão	187.846	714.798	185.342	523.318
3.01.04	Receita de Infra-estrutura	41.665	115.709	67.169	150.158
3.01.05	Transações com Energia na CCEE	52.766	82.128	1.544	393.662
3.01.07	Outras Receitas Operacionais	21.375	60.008	18.237	59.307
3.01.08	Impostos e Encargos incidentes sobre receitas acima	-404.591	-1.138.848	-418.422	-1.225.335
3.01.10	Ressarcimento pela suspensão de fornecimento de energia	0	0	0	64.640
3.01.11	Pis/Pasep e Cofins sobre ICMS	0	0	0	408.612
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.240.154	-3.421.001	-1.584.581	-3.699.552
3.02.03	Pessoal e Administradores	-51.478	-174.664	-62.949	-193.893
3.02.05	Materiais	-3.814	-6.460	-3.169	-9.725
3.02.06	Serviços de Terceiros	-19.966	-57.567	-21.109	-59.812
3.02.07	Depreciação e Amortização	-32.815	-99.123	-33.990	-102.852
3.02.10	Custo de Construção	-41.665	-115.709	-67.169	-150.158
3.02.17	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-37.178	-109.498	-35.201	-102.253
3.02.18	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.043.104	-2.824.056	-1.088.712	-2.785.509
3.02.19	Reversões (Provisões) Operacionais	-6.164	-22.336	-265.685	-280.335
3.02.20	Outros Custos (Reversões) de Operação	-3.970	-11.588	-6.597	-15.015
3.03	Resultado Bruto	404.387	1.600.747	-88.251	1.474.858
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	32.141	103.435	73.699	-458.086
3.04.01	Despesas com Vendas	1.907	-2.114	3.078	-7.374
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.425	-72.770	-24.675	-81.661
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-67.311	-171.714	-18.396	-823.463
3.04.05.02	Despesas com Provisões Operacionais	0	0	0	-691.278
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-67.311	-163.255	-18.396	-132.185
3.04.05.04	Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	0	-8.459	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	120.970	350.033	113.692	454.412
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	436.528	1.704.182	-14.552	1.016.772
3.06	Resultado Financeiro	-491.598	-1.319.001	-218.900	318.595
3.06.01	Receitas Financeiras	26.963	1.865.763	510.940	1.429.838
3.06.02	Despesas Financeiras	-518.561	-3.184.764	-729.840	-1.111.243
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-55.070	385.181	-233.452	1.335.367
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	58.075	-17.202	99.500	-543.606
3.08.01	Corrente	0	0	133.128	-344.700
3.08.02	Diferido	58.075	-17.202	-33.628	-198.906
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.005	367.979	-133.952	791.761
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.005	367.979	-133.952	791.761
3.99.01.01	ON	0	0,13	-0,05	0,27
3.99.02.01	ON	0	0,13	-0,05	0,27

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	3.005	367.979	-133.952	791.761
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.005	367.979	-133.952	791.761

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.649.510	473.777
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.090.586	829.154
6.01.01.01	Resultado do Período	367.979	791.761
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	111.245	119.200
6.01.01.03	Provisão por redução ao valor recuperável de ativo de contrato	11.175	0
6.01.01.04	Atualização financeira do ativo financeiro e ativo de contrato da concessão	-142.380	-132.540
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-350.033	-454.412
6.01.01.07	Ajuste referente à desvalorização em investimentos	8.459	0
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	736.787	575.127
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	17.202	198.906
6.01.01.10	Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-9.565	-640.455
6.01.01.11	Provisões para Perdas Operacionais, líquidas	24.450	978.987
6.01.01.12	Obrigações Pós-Emprego	79.352	75.343
6.01.01.13	Baixas líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	1.716	3.276
6.01.01.14	Provisão para ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia - Renova	0	-62.575
6.01.01.15	Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	-1.803.611	-1.099.230
6.01.01.16	Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de Venda)	33.046	32.619
6.01.01.17	Variação Cambial	2.415.000	434.396
6.01.01.18	Ajustes decorrentes revisão periódica da RAP	-429.840	0
6.01.01.19	Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	9.035	8.751
6.01.01.20	Outros	10.569	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	815.499	582.658
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	31.222	-217.694
6.01.02.02	Tributos Compensáveis	2.063	5.912
6.01.02.03	Transporte de Energia	-18.675	-23.234
6.01.02.04	Depósito Judiciais	197.077	-817
6.01.02.05	Dividendos Recebidos	270.326	434.399
6.01.02.06	Ativo Financeiro da Concessão	173.807	134.838
6.01.02.07	Fornecedores	10.396	21.987
6.01.02.08	Tributos e Contribuição Social	146.712	-17.643
6.01.02.09	Salários e Contribuições Sociais	6.811	1.654
6.01.02.10	Encargos Regulatórios	9.822	17.644
6.01.02.11	Obrigações Pós-Emprego	-59.796	-55.717
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social - Ativo	-9.825	-15.677
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social - Passivo	0	344.700
6.01.02.15	Ativo de contrato	35.023	-41.872
6.01.02.16	Adiantamento de clientes	0	-40.894
6.01.02.20	Outros	20.536	35.072
6.01.03	Outros	-256.575	-938.035
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-542.646
6.01.03.02	Juros Pagos	-432.875	-449.205

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01.03.03	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	177.086	34.653
6.01.03.04	Juros pagos de arrendamento	-786	-5.415
6.01.03.05	Juros recebidos	0	24.578
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-961.336	156.489
6.02.01	Em Investimentos	-12.731	-43.050
6.02.02	No Imobilizado	-46.516	-17.371
6.02.03	No Intangível	-1.557	-1.255
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	-900.532	-197.335
6.02.05	Mútuo com partes relacionadas	0	400.000
6.02.06	Redução de capital em investida	0	15.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-590.121	-590.840
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-577.926	-537.892
6.03.02	Juros e Capital Próprio e Dividendos	0	-42.501
6.03.03	Pagamentos de arrendamentos	-12.195	-10.447
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	98.053	39.426
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	136.208	226.830
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	234.261	266.256

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.600.000	0	2.757.210	0	-221.009	5.136.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.600.000	0	2.757.210	0	-221.009	5.136.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.400.000	0	-1.400.000	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	1.400.000	0	-1.400.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	367.979	0	367.979
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	367.979	0	367.979
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	877	6.349	-7.226	0
5.06.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial custo atribuído de imobilizado	0	0	0	7.226	-7.226	0
5.06.05	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	877	-877	0	0
5.07	Saldos Finais	4.000.000	0	1.358.087	374.328	-228.235	5.504.180

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.600.000	0	2.362.614	0	17.522	4.980.136
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-1.166	1.166	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.600.000	0	2.361.448	1.166	17.522	4.980.136
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	791.761	0	791.761
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	791.761	0	791.761
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	10.459	-10.459	0
5.06.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial custo atribuído de imobilizado	0	0	0	10.459	-10.459	0
5.07	Saldos Finais	2.600.000	0	2.361.448	803.386	7.063	5.771.897

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	6.206.751	6.019.368
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.687.634	5.308.306
7.01.02	Outras Receitas	405.522	568.278
7.01.02.01	Receita em Imobilizado	48.167	17.688
7.01.02.03	Receita de Indenização da Transmissão	357.253	124.057
7.01.02.05	Outras	102	17.921
7.01.02.07	Créditos de PIS/Pasep e Cofins	0	408.612
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	115.709	150.158
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.114	-7.374
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.556.683	-4.451.127
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.221.371	-3.167.782
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-241.096	-255.275
7.02.04	Outros	-94.216	-1.028.070
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-92.129	-1.025.950
7.02.04.03	Concessão Onerosa	-2.087	-2.120
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.650.068	1.568.241
7.04	Retenções	-111.245	-119.200
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-111.245	-119.200
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.538.823	1.449.041
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.207.337	1.884.250
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	350.033	454.412
7.06.02	Receitas Financeiras	1.865.763	1.429.838
7.06.03	Outros	-8.459	0
7.06.03.01	Ajustes referente a desvalorização de investimentos	-8.459	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.746.160	3.333.291
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.746.160	3.333.291
7.08.01	Pessoal	289.326	307.410
7.08.01.01	Remuneração Direta	165.057	196.028
7.08.01.02	Benefícios	101.859	93.580
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.062	11.948
7.08.01.04	Outros	11.348	5.854
7.08.01.04.01	Programas de Desligamento de Empregos	11.348	5.854
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	901.532	1.118.769
7.08.02.01	Federais	522.998	693.508
7.08.02.02	Estaduais	376.128	422.483
7.08.02.03	Municipais	2.406	2.778
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.187.323	1.115.351
7.08.03.01	Juros	3.184.764	1.111.243
7.08.03.02	Aluguéis	2.559	4.108
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	367.979	791.761
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	367.979	791.761

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	20.245.243	17.663.052
1.01	Ativo Circulante	5.248.088	3.238.553
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	296.513	211.608
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.323.867	372.678
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	987.306	326.866
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	987.306	326.866
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	336.561	45.812
1.01.03	Contas a Receber	1.107.845	1.129.096
1.01.03.01	Clientes	1.107.845	1.129.096
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	993.596	1.033.281
1.01.03.01.02	Concessionários - Transporte de Energia	114.249	95.815
1.01.06	Tributos a Recuperar	408.806	364.562
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	408.806	364.562
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.111.057	1.160.609
1.01.08.03	Outros	2.111.057	1.160.609
1.01.08.03.01	Tributos Compensáveis	531.145	51.182
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	13.047	112.043
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro da Concessão	580.988	439.582
1.01.08.03.04	Ativos de Contrato	229.394	171.849
1.01.08.03.06	Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	619.119	234.766
1.01.08.03.09	Outros Créditos	137.364	151.187
1.02	Ativo Não Circulante	14.997.155	14.424.499
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.475.619	7.778.860
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	143.218	916
1.02.01.04	Contas a Receber	8.518	5.942
1.02.01.04.03	Consumidores e Revendedores	8.518	5.942
1.02.01.07	Tributos Diferidos	6.875	5.100
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.875	5.100
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.317.008	7.766.902
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	52.484	676.051
1.02.01.10.04	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	3.067	3.067
1.02.01.10.05	Depósitos Vinculados a Litígios	164.535	364.277
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	2.665.023	1.456.178
1.02.01.10.08	Ativo Financeiro da Concessão	3.944.144	4.125.488
1.02.01.10.09	Ativos de Contrato	1.387.384	1.024.385
1.02.01.10.10	Direito de Uso	44.191	52.984
1.02.01.10.12	Outros Créditos	56.180	64.472
1.02.02	Investimentos	3.980.855	4.041.565
1.02.02.01	Participações Societárias	3.980.855	4.041.565
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	464.907	551.426
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	3.515.948	3.490.139
1.02.03	Imobilizado	2.402.856	2.448.487
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.259.723	2.315.384
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	143.133	133.103
1.02.04	Intangível	137.825	155.587

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.04.01	Intangíveis	137.825	155.587

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	20.245.243	17.663.052
2.01	Passivo Circulante	3.518.017	2.775.512
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	57.845	51.020
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	57.845	51.020
2.01.02	Fornecedores	440.355	422.312
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	440.355	422.312
2.01.03	Obrigações Fiscais	216.902	185.116
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	196.221	167.813
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	100.275	133.868
2.01.03.01.02	COFINS	13.885	18.945
2.01.03.01.03	PASEP	62.904	4.371
2.01.03.01.04	INSS	12.413	5.340
2.01.03.01.05	Outros	6.744	5.289
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	19.111	15.410
2.01.03.02.01	ICMS	19.111	15.410
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.570	1.893
2.01.03.03.01	ISS	1.570	1.893
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.103.848	918.098
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	450.897	224.102
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	156.765	178.411
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	294.132	45.691
2.01.04.02	Debêntures	652.951	693.996
2.01.05	Outras Obrigações	1.699.067	1.198.966
2.01.05.02	Outros	1.699.067	1.198.966
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	781.769	781.769
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	167.120	168.785
2.01.05.02.06	Obrigações Pós -Emprego	64.504	62.550
2.01.05.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos (Op de venda)	515.887	0
2.01.05.02.11	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	11.815	16.724
2.01.05.02.12	Outras Obrigações	157.972	169.138
2.02	Passivo Não Circulante	11.223.046	9.751.339
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.845.011	6.968.685
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.418.090	5.997.355
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.418.090	5.997.355
2.02.01.02	Debêntures	426.921	971.330
2.02.02	Outras Obrigações	1.544.492	1.979.089
2.02.02.02	Outros	1.544.492	1.979.089
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	1.389.939	1.372.337
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	60.027	45.298
2.02.02.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos (Op de venda)	0	482.841
2.02.02.02.09	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	35.102	38.335
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	59.424	40.278
2.02.03	Tributos Diferidos	419.456	403.108
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	419.456	403.108
2.02.04	Provisões	414.087	400.457
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	414.087	400.457

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	292.477	285.940
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	71.000	69.043
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	195	182
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias ANEEL	3.277	3.004
2.02.04.01.06	Provisões Outras	47.138	42.234
2.02.04.01.07	Provisões Ambientais	0	54
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.504.180	5.136.201
2.03.01	Capital Social Realizado	4.000.000	2.600.000
2.03.04	Reservas de Lucros	1.358.087	2.757.210
2.03.04.01	Reserva Legal	212.023	212.023
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.101.337	2.501.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	44.727	43.850
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	374.328	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-228.235	-221.009

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.926.923	5.716.617	1.766.124	5.963.697
3.01.01	Fornecimento bruto de energia elétrica	1.927.253	5.367.636	1.824.124	5.247.834
3.01.02	Receita de Concessão de Transmissão	186.433	711.082	184.178	520.238
3.01.03	Receita de atualização da bonificação pela outorga	81.881	228.293	67.918	244.069
3.01.04	Receita de construção	41.665	115.709	67.169	150.158
3.01.05	Transações com energia na CCEE	59.103	90.701	9.811	413.848
3.01.06	Receita de Indenização da Transmissão	41.035	357.253	33.637	124.057
3.01.07	Ressarcimentos contratuais	0	0	0	64.640
3.01.08	Pis/Pasep e Cofins sobre ICMS	0	0	0	424.403
3.01.09	Outras receitas operacionais	40.307	110.572	46.042	137.790
3.01.10	Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	-450.754	-1.264.629	-466.755	-1.363.340
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.317.709	-3.591.341	-1.672.050	-3.881.962
3.02.01	Energia Elétrica para Revenda	-1.068.046	-2.853.191	-1.126.457	-2.825.618
3.02.02	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-50.201	-148.489	-50.124	-142.377
3.02.03	Pessoal e Administradores	-58.003	-187.185	-67.369	-208.887
3.02.04	Materiais	-5.739	-10.524	-4.794	-13.822
3.02.05	Serviços de Terceiros	-33.101	-90.408	-30.210	-88.487
3.02.06	Depreciação e Amortização	-47.069	-142.935	-51.395	-154.882
3.02.07	Reversões Provisões Operacionais	-6.223	-22.398	-265.681	-279.635
3.02.09	Custo de Construção	-41.665	-115.709	-67.169	-150.158
3.02.10	Outros Custos de Operação	-7.662	-20.502	-8.851	-18.096
3.03	Resultado Bruto	609.214	2.125.276	94.074	2.081.735
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-121.395	-294.557	-75.794	-948.680
3.04.01	Despesas com Vendas	4.130	-12.167	-12.238	-31.315
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.425	-72.770	-24.675	-81.661
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-68.416	-173.541	-18.738	-824.314
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-68.416	-173.541	-18.738	-133.036
3.04.05.02	Despesas com Provisões Operacionais	0	0	0	-691.278

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-33.684	-36.079	-20.143	-11.390
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	487.819	1.830.719	18.280	1.133.055
3.06	Resultado Financeiro	-495.479	-1.318.854	-212.713	346.133
3.06.01	Receitas Financeiras	31.380	1.886.523	521.083	1.471.376
3.06.02	Despesas Financeiras	-526.859	-3.205.377	-733.796	-1.125.243
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.660	511.865	-194.433	1.479.188
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.665	-143.886	60.481	-687.427
3.08.01	Corrente	-48.182	-129.313	90.104	-493.576
3.08.02	Diferido	58.847	-14.573	-29.623	-193.851
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.005	367.979	-133.952	791.761
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.005	367.979	-133.952	791.761
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.005	367.979	-133.952	791.761
3.99.01.01	ON	0	0,13	-0,05	0,27
3.99.02.01	ON	0	0,13	-0,05	0,27

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.005	367.979	-133.952	791.761
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.005	367.979	-133.952	791.761
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.005	367.979	-133.952	791.761

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.896.007	639.582
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.311.292	1.111.632
6.01.01.01	Resultado do Exercício	367.979	791.761
6.01.01.02	Depreciação e amortização	155.058	171.231
6.01.01.03	Baixas Líquidas de Imobilizado/Intagível/Financeiro	6.582	8.699
6.01.01.04	Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	11.175	0
6.01.01.05	Atualização financeira do ativo financeiro e ativo de contrato da concessão	-370.673	-376.609
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	36.079	11.390
6.01.01.07	Provisão para perda no valor recuperável de intangível	8.459	0
6.01.01.08	Juros e variações monetárias	743.910	585.899
6.01.01.09	Ajustes decorrentes revisão periódica da RAP	-429.840	0
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	14.573	193.851
6.01.01.11	Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-9.966	-666.122
6.01.01.12	Provisões para Perdas Operacionais, líquidas	34.565	1.002.228
6.01.01.13	Obrigações Pós-Emprego	79.352	75.343
6.01.01.14	Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	-1.803.611	-1.099.230
6.01.01.15	Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de Venda)	33.046	32.619
6.01.01.16	Ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia - Renova	0	-62.575
6.01.01.17	Variação Cambial	2.415.000	434.396
6.01.01.18	Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	9.035	8.751
6.01.01.20	Outros	10.569	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	987.082	602.423
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	24.942	-226.481
6.01.02.02	Tributos Compensáveis	-1.069	2.544
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	202.885	21.462
6.01.02.04	Transporte de Energia	-18.434	-23.228
6.01.02.05	Dividendos Recebidos	124.165	102.767
6.01.02.06	Ativo Financeiro da Concessão	372.661	328.002
6.01.02.07	Fornecedores	18.043	17.873
6.01.02.08	Tributos e Contribuição Social	155.110	-14.231
6.01.02.09	Salários e Contribuições Sociais	6.825	1.684
6.01.02.10	Encargos Regulatórios	13.064	19.196
6.01.02.11	Obrigações Pós-Emprego	-59.796	-55.717
6.01.02.12	Outros	13.789	44.853
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social - Ativo	-29.439	-27.111
6.01.02.14	Imposto de Renda e Continuação Social - Passivo	129.313	493.576
6.01.02.15	Ativo de Contrato	35.023	-41.872
6.01.02.16	Adiantamento de Clientes	0	-40.894
6.01.03	Outros	-402.367	-1.074.473
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-144.384	-686.774
6.01.03.02	Juros Pagos	-434.271	-449.205

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01.03.03	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	177.086	42.459
6.01.03.04	Juros recebidos	0	24.578
6.01.03.05	Juros Pagos arrendamento	-798	-5.531
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.190.463	6.906
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	-1.093.491	-303.325
6.02.02	No Imobilizado	-94.684	-45.156
6.02.03	No Intangível	-1.557	-1.563
6.02.04	Em investimentos	-731	-43.050
6.02.05	Mútuo com partes relacionadas	0	400.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-620.639	-591.642
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-607.882	-537.892
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	0	-42.947
6.03.05	Arrendamentos pagos	-12.757	-10.803
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	84.905	54.846
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	211.608	301.696
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	296.513	356.542

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.600.000	0	2.757.210	0	-221.009	5.136.201	0	5.136.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.600.000	0	2.757.210	0	-221.009	5.136.201	0	5.136.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.400.000	0	-1.400.000	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	1.400.000	0	-1.400.000	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	367.979	0	367.979	0	367.979
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	367.979	0	367.979	0	367.979
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	877	6.349	-7.226	0	0	0
5.06.04	Ajustes de avaliação patrimonial custo atribuído de imobilizado	0	0	0	7.226	-7.226	0	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	877	-877	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.000.000	0	1.358.087	374.328	-228.235	5.504.180	0	5.504.180

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.600.000	0	2.362.614	0	17.522	4.980.136	0	4.980.136
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-1.166	1.166	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.600.000	0	2.361.448	1.166	17.522	4.980.136	0	4.980.136
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	791.761	0	791.761	0	791.761
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	791.761	0	791.761	0	791.761
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	10.459	-10.459	0	0	0
5.06.04	Ajustes de avaliação patrimonial custo atribuído de imobilizado	0	0	0	10.459	-10.459	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.600.000	0	2.361.448	803.386	7.063	5.771.897	0	5.771.897

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	7.017.348	6.906.928
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.279.991	5.959.947
7.01.02	Outras Receitas	749.524	978.296
7.01.02.01	Receita de Construção	115.709	150.158
7.01.02.02	Investimentos em Imobilizado	48.167	17.688
7.01.02.03	Receita de Indenização da Transmissão	357.253	124.057
7.01.02.05	Bonificação de Outorga	228.293	244.069
7.01.02.06	Créditos de PIS/Pasep e Cofins	0	424.403
7.01.02.07	Outras Receitas	102	17.921
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-12.167	-31.315
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.684.302	-4.571.014
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.294.046	-3.253.418
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-278.016	-288.058
7.02.04	Outros	-112.240	-1.029.538
7.02.04.03	Concessão Onerosa	-2.094	-2.127
7.02.04.04	Outros Custos Operacionais	-110.146	-1.027.411
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.333.046	2.335.914
7.04	Retenções	-155.058	-171.231
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-155.058	-171.231
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.177.988	2.164.683
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.850.444	1.459.986
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-36.079	-11.390
7.06.02	Receitas Financeiras	1.886.523	1.471.376
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.028.432	3.624.669
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.028.432	3.624.669
7.08.01	Pessoal	301.554	322.178
7.08.01.01	Remuneração Direta	176.793	210.360
7.08.01.02	Benefícios	102.241	93.909
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.172	12.055
7.08.01.04	Outros	11.348	5.854
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento de Empregados	11.348	5.854
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.150.297	1.380.308
7.08.02.01	Federais	727.490	896.024
7.08.02.02	Estaduais	417.756	478.323
7.08.02.03	Municipais	5.051	5.961
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.208.602	1.130.422
7.08.03.01	Juros	3.205.377	1.125.243
7.08.03.02	Aluguéis	3.225	5.179
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	367.979	791.761
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	367.979	791.761

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro líquido do período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no período de janeiro a setembro de 2020, um lucro líquido de R\$367.979 em comparação ao lucro líquido de R\$791.761 no mesmo período de 2019.

No período de janeiro a setembro de 2020, destaca-se o reconhecimento dos ajustes positivos da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida no montante de R\$283.694 (líquido de tributos) e do resultado negativo da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e instrumento de hedge correspondente, que atingiu o montante de R\$403.517 (líquido de tributos).

No mesmo período de 2019, destaca-se o reconhecimento dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS no montante de R\$424.403 (vide nota explicativa nº 8), além do resultado positivo da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e instrumento de hedge correspondente, que atingiu o montante de R\$438.790 (líquido de tributos), parcialmente compensados pelo registro das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa da investida Renova, no montante de R\$688.031 (vide nota explicativa nº 27).

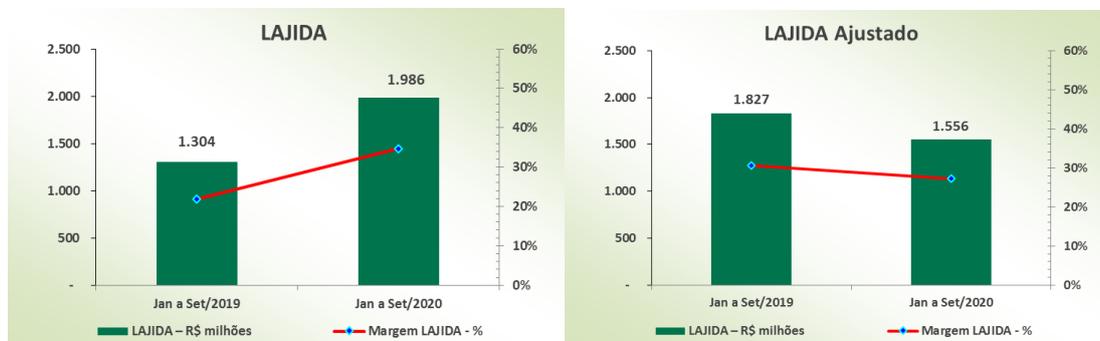
As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não correntes, apresentou uma redução de 14,82% no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019. Em linha com essa variação, a margem do Lajida ajustado da Companhia passou de 30,63% no período de janeiro a setembro de 2019 para 27,22% no mesmo período em 2020. O Lajida calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, apresentou um aumento de 52,25% no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019 e a margem do Lajida da Companhia passou de 21,86% no período de janeiro a setembro de 2019 para 34,74% no mesmo período em 2020.

Lajida – R\$ milhares	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Var %
Lucro líquido do período	367.979	791.761	(53,52)
+ Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	143.886	687.427	(79,07)
+/- Resultado financeiro líquido	1.318.854	(346.133)	-
+ Depreciação e amortização	155.058	171.231	(9,45)
= Lajida conforme “Instrução CVM 527” (1)	1.985.777	1.304.286	52,25
Efeitos não recorrentes e não caixa			
- PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 8a)	-	(424.403)	-
+ Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Renova (nota 27)	-	688.031	-
- Ajustes decorrentes da Revisão Tarifária Periódica da RAP	(429.840)	-	-
+ Provisões Tributárias - INSS s/PRL	-	258.625	-
= Lajida ajustado (2)	1.555.937	1.826.539	(14,82)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

A redução no Lajida ajustado pelo itens não correntes no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, decorre, principalmente, da redução de 78,08% na receita com transações na CCEE, R\$90.701 no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação a R\$413.848 no mesmo período de 2019.

O aumento do Lajida, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, decorre, principalmente, do reconhecimento dos ajustes positivos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R\$429.840, além de uma redução de 20,12% nos custos e despesas operacionais parcialmente compensada por uma redução de 4,14% nas receitas da Companhia.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Set/2020			Jan a Set/2019		
	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	8.268.207	2.112.414	255,49	9.638.560	2.338.288	230,85
Comercial	3.137.093	688.236	219,39	2.981.502	653.568	207,57
Rural	12.362	3.365	272,21	1.834	504	259,79
Subtotal	11.417.662	2.804.015	245,59	12.621.896	2.992.360	225,33
Fornec. não faturado, líquido	-	(4.491)	-	-	35.556	-
	11.417.662	2.799.524	247,38	12.621.896	3.027.916	245,53
Suprim. outras concessionárias	9.873.587	2.462.941	249,45	8.799.289	2.267.271	264,38
Suprim. não faturado líquido	-	105.171	-	-	(47.353)	-
	21.291.249	5.367.636	-	21.421.185	5.247.834	-

- (1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
 (2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.367.636 no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação a R\$5.247.834 no mesmo período de 2019, representando um acréscimo de 2,28%.

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, sendo atualizadas nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A Companhia atua junto ao regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das Receitas Anuais Permitidas (RAPs) para novos ativos.

Essa receita foi de R\$711.082 no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação a R\$520.238 no mesmo período de 2019, representando um crescimento de 36,68%. Essa variação decorre, principalmente, da remensuração da base regulatória dos ativos de contrato por meio da Revisão Periódica da RAP, homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020, resultando em um ajuste de R\$198.714 na receita de transmissão da Companhia. Mais informações na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Adicionalmente, essas receitas foram impactadas pelo reajuste da RAP anual, ocorrido em julho de 2020, e que contempla os efeitos da inflação e das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Receita de indenização da transmissão

A Companhia registra a atualização do saldo a receber da indenização com base na variação mensal do IPCA, com defasagem de dois meses, e no custo médio de capital regulatório (WACC), conforme previsto na regulação do setor.

A receita de indenização da transmissão foi de R\$357.253 no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação a R\$124.057 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 187,97%. Esse aumento é resultado, principalmente, do reajuste da base de indenização, como resultado da Revisão Periódica da RAP, que foi recalculada de acordo com as regras regulatórias aplicáveis, ocasionando o ajuste positivo de R\$231.126 no resultado da Companhia em 30 de junho de 2020.

Adicionalmente, essas receitas foram impactadas pela variação do IPCA nos períodos analisados e pela variação do custo médio de capital a partir da Revisão Periódica da RAP. No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do período, são excluídos da base de atualização, reduzindo a remuneração. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos, no caso da parcela financeira, e pelo prazo remanescente da vida útil dos ativos, no caso da parcela econômica.

Mais informações nas notas explicativas nº 11 e 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$90.701 no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação a R\$413.848 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 78,08%. Essa redução se deve, principalmente, principalmente, à posição deficitária na CCEE assumida pela Companhia em alguns meses do primeiro semestre de 2020, em razão da menor alocação de energia própria e GSF inferiores, além do aumento das vendas bilaterais de curto prazo.

Adicionalmente, ocorreu uma redução de 44,14% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$118,35/MWh no período de janeiro a setembro de 2020 comparado a R\$211,86/MWh para o mesmo período de 2019

Receita de construção

A receita de construção foi de R\$115.709 no período de janeiro a setembro de 2020 comparada a R\$150.158 no mesmo período em 2019, representando uma redução de 22,94%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão de transmissão.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

No segundo trimestre de 2019, foram reconhecidos os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$424.403, resultantes do reconhecimento do direito da Companhia e suas controladas de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições, com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.264.629 no período de janeiro a setembro de 2020 comparados a R\$1.363.340 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 7,24%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$170.298 no período de janeiro a setembro de 2020 comparados a R\$176.846 no mesmo período de 2019, uma redução de 3,70%.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$3.849.819 no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação a R\$4.819.252 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 20,12%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.853.191 no período de janeiro a setembro de 2020, comparado a R\$2.825.618 no mesmo período de 2019, representando um acréscimo de 0,98%.

Essa variação decorre, principalmente, do aumento das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$245.945 no período de janeiro a setembro de 2020, comparado a R\$91.657 no mesmo período de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, à posição deficitária na CCEE assumida pela Companhia em alguns meses do primeiro semestre de 2020, em razão da menor alocação de energia própria e GSF inferiores, além do aumento das vendas bilaterais de curto prazo.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$225.875 no período de janeiro a setembro de 2020 comparada a R\$246.091 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 8,21%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 5,43% no número médio de empregados, sendo 1.288 no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação a 1.362 no período de janeiro a setembro de 2019; e
- reajuste salarial de 2,55% a partir de novembro de 2019, em função de Acordo Coletivo, em comparação ao reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, também em função de Acordo Coletivo.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$71.663 no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação a uma despesa de R\$65.314 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 9,72%. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, que gerou o incremento do passivo, e conseqüentemente, da despesa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Custo de construção

O custo de construção foi de R\$115.709 no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação a R\$150.158 no mesmo período de 2019, uma redução de 22,94%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. Essa variação decorre, principalmente, da suspensão de três contratos de implantação que foram paralisados financeiramente e serão relicitados, além do contingenciamento em função da pandemia Covid-19.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$67.611 no período de janeiro a setembro de 2020 comparadas a R\$1.034.847 no mesmo período de 2019, uma redução de 93,47%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- o principal efeito decorre do reconhecimento, em junho de 2019, de provisão decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$688.031, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Maiores detalhes na nota explicativa nº 13;
- reconhecimento, no terceiro trimestre de 2019, de provisão de contingência tributária no montante de R\$258.625 decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 23; e
- menor constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) no período de janeiro a setembro de 2020 no valor de R\$12.167 em comparação à constituição de R\$31.315 no mesmo período 2019, em função, principalmente, da boa aceitação dos clientes no que se refere às regras de negociação aprovadas pela Companhia para enfrentamento dos impactos da pandemia do Covid-19.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$36.079 no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$11.390 no mesmo período de 2019. Esta variação se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- Reconhecimento de perdas com as investidas Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”), que apresentaram resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$63.944 no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação ao resultado positivo de R\$31.389 no mesmo período de 2019;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- Maiores ganhos com a investida Aliança Geração, que apresentou resultado positivo com equivalência patrimonial no montante de R\$68.076 no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação ao resultado positivo de R\$61.915 no mesmo período de 2019, um aumento de 9,95%; e
- Menores perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$86.520 no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação ao resultado negativo de R\$124.063 no mesmo período em 2019, uma redução de 30,26%.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$1.318.854 no período de janeiro a setembro de 2020 em comparação a uma receita financeira líquida de R\$346.133 no mesmo período de 2019, associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- Efeito líquido negativo do resultado da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e instrumento de hedge correspondente, que representou uma despesa líquida de R\$611.389 no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação a um ganho líquido de R\$664.834 no mesmo período de 2019. No período de janeiro a setembro de 2020 o ganho com instrumentos de hedge foi 64% superior àquele apurado no mesmo período de 2019 (R\$1.803.611 e R\$1.099.230, respectivamente), em razão, principalmente, da valorização do dólar futuro, que resultou no aumento do valor justo das opções (call spread) e do ativo, bem como da redução da curva DI (ponta passiva). Contudo, esse efeito positivo não foi suficiente para compensar a variação negativa do principal da dívida em moeda estrangeira, decorrente, principalmente, da valorização do dólar no primeiro semestre de 2020, gerando uma variação cambial acumulada de 39,94%, em comparação a 7,47% no mesmo período de 2019, com impacto negativo sobre o principal da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) de R\$2.415.000 e R\$434.396 em 2020 e 2019, respectivamente; e
- Adicionalmente, o resultado financeiro líquido do período de janeiro a setembro de 2019 foi afetado positivamente pelo reconhecimento de receita financeira no montante de R\$247.967, decorrente da atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no período de janeiro a setembro de 2020, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$143.886 em relação ao lucro de R\$511.865 antes dos efeitos fiscais, representando 28,11% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$687.427 em relação ao lucro de R\$1.479.188 antes dos efeitos fiscais, representando 46,47% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(d) destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado do trimestre

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no terceiro trimestre de 2020, um lucro líquido de R\$3.005 em comparação ao prejuízo de R\$133.952 no mesmo período de 2019.

No terceiro trimestre de 2020, destaca-se que o resultado financeiro foi negativamente impactado pelo efeito líquido da variação cambial da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e instrumento de hedge correspondente, que representou uma despesa de R\$244.399, em comparação à despesa de R\$12.464 no mesmo período de 2019. Mais informações nas notas explicativas nº 26 e 28.

No terceiro trimestre de 2019, destaca-se reconhecimento, de provisão de contingência tributária no montante de R\$258.625 decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016 (vide nota explicativa nº 22).

As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

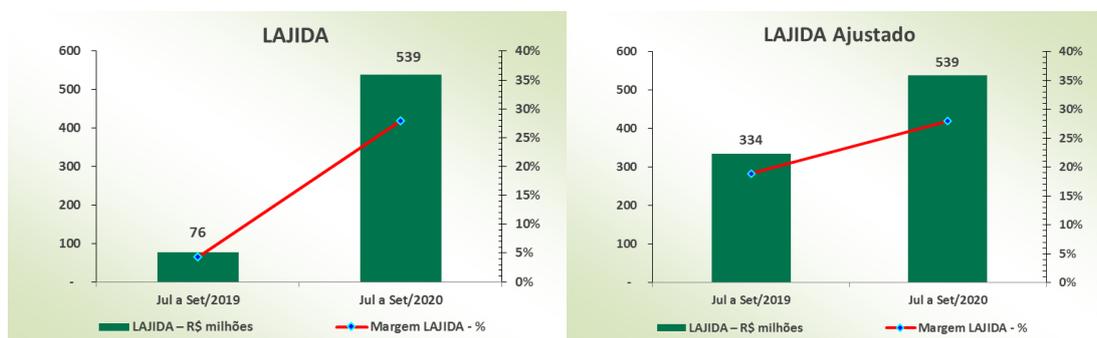
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida da Companhia, ajustado pela exclusão dos itens não correntes, apresentou um aumento de 61,19% no terceiro trimestre de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019. Em linha com essa variação, a margem do Lajida ajustado da Companhia passou de 18,91% no terceiro trimestre de 2019 para 27,97% no mesmo período em 2020. O Lajida da Companhia, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, apresentou um aumento de 612,79% no terceiro trimestre de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019. Em linha com essa variação, a margem do Lajida da Companhia apresentou aumento, passando de 4,28% no terceiro trimestre de 2019 para 27,97% no mesmo período em 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Lajida – R\$ milhares	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Var %
Lucro líquido do período	3.005	(133.952)	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	(10.665)	(60.481)	(82,37)
+/- Resultado financeiro líquido	495.479	212.713	132,93
+ Depreciação e amortização	50.883	57.296	(11,19)
= Lajida conforme "Instrução CVM 527" (1)	538.702	75.576	612,80
Efeitos não recorrentes e não caixa			
+ Provisões Tributárias - INSS s/PRL	-	258.625	-
= Lajida ajustado (2)	538.702	334.201	61,19



- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

O aumento no Lajida ajustado pelo itens não correntes no terceiro trimestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, decorre, principalmente, do acréscimo de 9,10% na receita líquida da Companhia, associado a uma redução de 18,65% nos custos e despesas operacionais. O aumento no Lajida, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, deve-se principalmente, ao reconhecimento, no terceiro trimestre de 2019, das contingências tributárias relacionadas ao processo que discute a incidência de INSS sobre a PRL, no montante de R\$258.625. Mais informações na nota explicativa nº 22.

As principais justificativas para essa variação estão descritas no decorrer deste Comentário.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Fornecimento Bruto de Energia Elétrica**

	Jul a Set/2020			Jul a Set/2019		
	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	2.820.599	744.975	264,12	3.399.353	844.666	248,48
Comercial	977.301	209.959	214,84	1.089.600	228.403	209,62
Rural	4.609	1.239	268,82	862	243	281,90
Subtotal	3.802.509	956.173	251,46	4.489.815	1.073.312	239,05
Fornec. não faturado, líquido	-	44.653	-	-	5.282	-
	3.802.509	1.000.826	256,67	4.489.815	1.078.594	242,35
Suprim. outras concessionárias	3.183.397	836.887	262,89	3.132.171	773.913	247,09
Suprim. não faturado líquido	-	89.540	-	-	(28.383)	-
	6.985.906	1.927.253	-	7.621.986	1.824.124	-

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.927.253 no terceiro trimestre de 2020 em comparação a R\$1.824.124 no mesmo período de 2019, um acréscimo de 5,65%, associado, principalmente, ao aumento de 5,91% no preço médio do MWh.

Receita de transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$186.433 no terceiro trimestre de 2020 em comparação a R\$184.178 no mesmo período de 2019, representando um crescimento de 1,22%, em razão, principalmente, do reajuste da RAP anual, ocorrida em julho de 2020, de 3,69%, que contempla os efeitos da inflação e das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Mais informações na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de indenização da transmissão

A Companhia registra a atualização do saldo a receber da indenização com base na variação mensal do IPCA, com defasagem de dois meses, e no custo médio de capital regulatório (WACC), conforme previsto na regulação do setor.

A receita de indenização da transmissão foi de R\$41.035 no terceiro trimestre de 2020, em comparação a R\$33.637 no mesmo período de 2019, um aumento de 21,99%. Essas receitas foram impactadas, principalmente, pelo aumento da remuneração pelo custo de capital médio, que, além de ter aumentado de 6,64% para 7,71% nos períodos analisados, passou a incidir, a partir de 30 de junho de 2020, sobre a base de remuneração regulatória – BRR remensurada, como resultado da Revisão periódica da RAP.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do período, são excluídos da base de atualização, reduzindo a remuneração. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos, no caso da parcela financeira, e pelo prazo remanescente da vida útil dos ativos, no caso da parcela econômica.

Mais informações nas notas explicativas nº 11 e 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$59.103 no terceiro trimestre de 2020 comparada a R\$9.811 no mesmo período de 2019. Essa variação se deve, principalmente, à maior alocação de energia própria pela Companhia no terceiro trimestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, associada a maiores GSFs. Além disso, o consumo dos clientes foi menor em razão da crise do Coronavírus, resultando em sobra de energia ser liquidada (vendida) na CCEE no terceiro trimestre de 2020.

Receita de construção

A receita de construção foi de R\$41.665 no terceiro trimestre de 2020 comparada a R\$67.169 no mesmo período em 2019, apresentando uma redução de 37,97%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão de transmissão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$450.754 no terceiro trimestre de 2020 comparados a R\$466.755 no mesmo período de 2019, apresentando uma redução de 3,43%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$56.711 no terceiro trimestre de 2020 comparados a R\$60.545 no mesmo período de 2019, uma redução de 6,33%.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$1.405.420 no terceiro trimestre de 2020 em comparação a R\$1.727.701 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 18,65%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.068.046 no terceiro trimestre de 2020, comparado a R\$1.126.457 no mesmo período de 2019, representando uma diminuição de 5,19%, decorrente, principalmente, da redução de 54,13% das despesas com compra de energia de curto prazo, R\$29.965 no terceiro trimestre de 2020, comparado a R\$65.333 no mesmo período de 2019. Essa variação se deve, principalmente, à redução de 61,83% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$91,67/MWh no período de julho a setembro de 2020, comparado a R\$214,12/MWh para o mesmo período de 2019.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$70.344 no terceiro trimestre de 2020 comparada a R\$77.817 no mesmo período de 2019, representando um redução de 9,60%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 5,75% no número médio de empregados, sendo 1.262 no terceiro trimestre de 2020 em comparação a 1.339 no mesmo período de 2019; e
- reajuste salarial de 2,55% a partir de novembro de 2019, em função de Acordo Coletivo, em comparação ao reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, também em função de Acordo Coletivo.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$23.684 no terceiro trimestre de 2020 em comparação a uma despesa de R\$22.683 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 4,41%. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, que gerou o incremento do passivo, e consequentemente, da despesa.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$41.665 no terceiro trimestre de 2020 em comparação a R\$67.169 no mesmo período de 2019, uma redução de 37,97%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. Essa variação decorre, principalmente, da suspensão de três contratos de implantação que foram paralisados financeiramente e serão relicitados, além do contingenciamento em função da pandemia Covid-19.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$12.339 no terceiro trimestre de 2020 comparadas a R\$288.592 no mesmo período de 2019, uma redução de 95,72%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- reconhecimento, no terceiro trimestre de 2019, de provisão de contingência tributária no montante de R\$258.625 decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 22; e
- reversão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) no terceiro trimestre de 2020 no valor de R\$4.130 em comparação à constituição de R\$12.238 no mesmo período 2019, em função da não realização da perda esperada no segundo trimestre decorrente dos impactos da pandemia do Covid-19 e da boa aceitação pelos clientes das regras de negociação aprovadas pela Companhia, o que ocasionou uma redução da inadimplência no terceiro trimestre e consequente reversão do saldo provisionado no segundo trimestre.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$33.684 no terceiro trimestre de 2020 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$20.143 no mesmo período de 2019. Esta variação se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- Reconhecimento de perdas com as investidas Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”), que apresentaram resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$23.658 no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação ao resultado positivo de R\$38.774 no mesmo período de 2019;
- Maiores ganhos com a investida Aliança Geração, que apresentou resultado positivo com equivalência patrimonial no montante de R\$15.560 no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação ao resultado positivo de R\$1.011 no mesmo período de 2019; e
- Menores perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$41.364 no período de janeiro a setembro de 2020, em comparação ao resultado negativo de R\$53.181 no mesmo período em 2019, uma redução de 22,22%.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$495.479 no terceiro trimestre de 2020 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$212.713 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 132,93%. Esse comportamento decorre, principalmente, da redução da variação do valor justo do instrumento de hedge no período de julho a setembro de 2020, que alcançou o montante de R\$2.651, em comparação a variação cambial do principal da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds), de R\$247.050, gerando uma despesa líquida de R\$244.399. No terceiro trimestre de 2019, a variação positiva do valor justo do instrumento de hedge e a despesa de variação cambial da dívida em moeda estrangeira foram de R\$485.836 e R\$498.300, respectivamente, gerando uma variação negativa líquida de R\$12.464. O ganho gerado pelo instrumento de hedge no terceiro trimestre de 2020 reduziu em razão do dólar futuro ter superado R\$5,00, que representa o limite da margem de cobertura da call spread.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no terceiro trimestre de 2020, créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$10.665 em relação ao prejuízo de R\$7.660 antes dos efeitos fiscais, representando 139,23% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2019, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$60.481 em relação ao prejuízo de R\$194.433 antes dos efeitos fiscais, representando 31,11% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9d destas Informações Contábeis Intermediárias.

Notas Explicativas



SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	16
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	17
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	19
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	24
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	24
12. ATIVOS DE CONTRATO	29
13. INVESTIMENTOS	31
14. IMOBILIZADO	44
15. INTANGÍVEIS	46
16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	48
17. FORNECEDORES	51
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	51
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	52
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	56
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	56
22. PROVISÕES	57
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	63
24. RECEITAS	64
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	67
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	71
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	72
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	75
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS	87
30. EVENTOS SUBSEQUENTES	89

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	296.513	211.608	234.261	136.208
Títulos e valores mobiliários	6	1.323.867	372.678	928.577	128.175
Consumidores e revendedores	7	993.596	1.033.281	876.912	912.315
Concessionários - transporte de energia	7	114.249	95.815	114.573	95.898
Tributos compensáveis	8	531.145	51.182	520.531	43.700
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	408.806	364.562	406.201	363.049
Dividendos a receber	27	13.047	112.043	218.906	112.337
Ativo financeiro da concessão	11	580.988	439.582	325.790	189.017
Ativos de contrato	12	229.394	171.849	229.394	171.849
Instrumentos financeiros derivativos	28	619.119	234.766	619.119	234.766
Outros		137.364	151.187	99.153	157.122
TOTAL DO CIRCULANTE		5.248.088	3.238.553	4.573.417	2.544.436
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	143.218	916	100.445	315
Consumidores e revendedores	7	8.518	5.942	2.640	573
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	6.875	5.100	-	-
Tributos compensáveis	8	52.484	676.051	23.966	647.934
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	3.067	3.067	-	-
Depósitos vinculados a litígios	10	164.535	364.277	156.018	350.051
Instrumentos financeiros derivativos	28	2.665.023	1.456.178	2.665.023	1.456.178
Outros		56.180	64.472	57.478	64.061
Ativo financeiro da concessão	11	3.944.144	4.125.488	1.701.687	1.907.837
Ativos de contrato	12	1.387.384	1.024.385	1.387.384	1.024.385
Investimentos	13	3.980.855	4.041.565	7.318.702	7.341.485
Imobilizado	14	2.402.856	2.448.487	1.768.843	1.822.191
Intangível	15	137.825	155.587	26.748	28.260
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	16a	44.191	52.984	42.129	51.581
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.997.155	14.424.499	15.251.063	14.694.851
TOTAL DO ATIVO		20.245.243	17.663.052	19.824.480	17.239.287

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	1.103.848	918.098	947.083	739.872
Fornecedores	17	440.355	422.312	406.713	396.317
Imposto de renda e contribuição social	9b	100.275	133.868	-	-
Impostos, taxas e contribuições	18	116.627	51.248	95.993	39.008
Encargos regulatórios	20	167.120	168.785	156.023	157.638
Obrigações pós-emprego	21	64.504	62.550	64.504	62.550
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	27	781.769	781.769	781.769	781.769
Salários e encargos sociais		57.845	51.020	56.859	50.048
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	28	515.887	-	515.887	-
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16b	11.815	16.724	11.055	16.097
Outras obrigações		157.972	169.138	127.999	155.490
TOTAL DO CIRCULANTE		3.518.017	2.775.512	3.163.885	2.398.789
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	8.845.011	6.968.685	8.845.011	6.968.685
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	419.456	403.108	399.762	382.560
Encargos regulatórios	20	60.027	45.298	51.420	39.983
Obrigações pós-emprego	21	1.389.939	1.372.337	1.389.939	1.372.337
Provisões	22	414.087	400.457	413.830	400.205
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	28	-	482.841	-	482.841
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16b	35.102	38.335	33.707	37.502
Outras obrigações		59.424	40.278	22.746	20.184
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.223.046	9.751.339	11.156.415	9.704.297
TOTAL DO PASSIVO		14.741.063	12.526.851	14.320.300	12.103.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	4.000.000	2.600.000	4.000.000	2.600.000
Reservas de lucros		1.358.087	2.757.210	1.358.087	2.757.210
Ajustes de avaliação patrimonial		(228.235)	(221.009)	(228.235)	(221.009)
Lucros acumulados		374.328	-	374.328	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.504.180	5.136.201	5.504.180	5.136.201
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.245.243	17.663.052	19.824.480	17.239.287

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
RECEITA LÍQUIDA	24	5.716.617	5.963.697	5.021.748	5.174.410
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(148.489)	(142.377)	(109.498)	(102.253)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.853.191)	(2.825.618)	(2.824.056)	(2.785.509)
		(3.001.680)	(2.967.995)	(2.933.554)	(2.887.762)
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e administradores		(187.185)	(208.887)	(174.664)	(193.893)
Materiais		(10.524)	(13.822)	(6.460)	(9.725)
Serviços de terceiros		(90.408)	(88.487)	(57.567)	(59.812)
Depreciação e amortização		(142.935)	(154.882)	(99.123)	(102.852)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(22.398)	(279.635)	(22.336)	(280.335)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(115.709)	(150.158)	(115.709)	(150.158)
Outros custos operacionais		(20.502)	(18.096)	(11.588)	(15.015)
		(589.661)	(913.967)	(487.447)	(811.790)
CUSTOS TOTAIS		(3.591.341)	(3.881.962)	(3.421.001)	(3.699.552)
LUCRO BRUTO		2.125.276	2.081.735	1.600.747	1.474.858
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25c	(12.167)	(31.315)	(2.114)	(7.374)
Despesas gerais e administrativas		(72.770)	(81.661)	(72.770)	(81.661)
Despesas com provisões operacionais		-	(691.278)	-	(691.278)
Outras despesas operacionais		(173.541)	(133.036)	(163.255)	(132.185)
		(258.478)	(937.290)	(238.139)	(912.498)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(36.079)	(11.390)	350.033	454.412
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	13	-	-	(8.459)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		1.830.719	1.133.055	1.704.182	1.016.772
Receitas financeiras	26	1.886.523	1.471.376	1.865.763	1.429.838
Despesas financeiras	26	(3.205.377)	(1.125.243)	(3.184.764)	(1.111.243)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		511.865	1.479.188	385.181	1.335.367
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(129.313)	(493.576)	-	(344.700)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	(14.573)	(193.851)	(17.202)	(198.906)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		367.979	791.761	367.979	791.761
Lucro por ação – R\$	23	0,13	0,27	0,13	0,27

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
RECEITA LÍQUIDA	24	1.926.923	1.766.124	1.644.541	1.496.330
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(50.201)	(50.124)	(37.178)	(35.201)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.068.046)	(1.126.457)	(1.043.104)	(1.088.712)
		(1.118.247)	(1.176.581)	(1.080.282)	(1.123.913)
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e administradores		(58.003)	(67.369)	(51.478)	(62.949)
Materiais		(5.739)	(4.794)	(3.814)	(3.169)
Serviços de terceiros		(33.101)	(30.210)	(19.966)	(21.109)
Depreciação e amortização		(47.069)	(51.395)	(32.815)	(33.990)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(6.223)	(265.681)	(6.164)	(265.685)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(41.665)	(67.169)	(41.665)	(67.169)
Outros custos operacionais		(7.662)	(8.851)	(3.970)	(6.597)
		(199.462)	(495.469)	(159.872)	(460.668)
CUSTOS TOTAIS		(1.317.709)	(1.672.050)	(1.240.154)	(1.584.581)
LUCRO BRUTO		609.214	94.074	404.387	(88.251)
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas (reversão)	25c	4.130	(12.238)	1.907	3.078
Despesas gerais e administrativas		(23.425)	(24.675)	(23.425)	(24.675)
Outras despesas operacionais		(68.416)	(18.738)	(67.311)	(18.396)
		(87.711)	(55.651)	(88.829)	(39.993)
Resultado de equivalência patrimonial		(33.684)	(20.143)	120.970	113.692
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		487.819	18.280	436.528	(14.552)
Receitas financeiras	26	31.380	521.083	26.963	510.940
Despesas financeiras	26	(526.859)	(733.796)	(518.561)	(729.840)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(7.660)	(194.433)	(55.070)	(233.452)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(48.182)	90.104	-	133.128
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	58.847	(29.623)	58.075	(33.628)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		3.005	(133.952)	3.005	(133.952)
Lucro (prejuízo) por ação – R\$	23	0,00	(0,05)	0,00	(0,05)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES****PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019****(Em milhares de reais)**

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	367.979	791.761	367.979	791.761
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>367.979</u>	<u>791.761</u>	<u>367.979</u>	<u>791.761</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019****(Em milhares de reais)**

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	3.005	(133.952)	3.005	(133.952)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>3.005</u>	<u>(133.952)</u>	<u>3.005</u>	<u>(133.952)</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.600.000	2.362.614	17.522	-	4.980.136
Reserva de incentivos fiscais	-	(1.166)	-	1.166	-
Lucro líquido do período	-	-	-	791.761	791.761
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	(10.459)	10.459	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019	2.600.000	2.361.448	7.063	803.386	5.771.897
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.600.000	2.757.210	(221.009)	-	5.136.201
Reserva de incentivos fiscais (1)	-	877	-	(877)	-
Lucro líquido do período	-	-	-	367.979	367.979
Aumento de capital (nota 23a)	1.400.000	(1.400.000)	-	-	-
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	(7.226)	7.226	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020	4.000.000	1.358.087	(228.235)	374.328	5.504.180

(1) Ajustes de períodos anteriores a serem determinados na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a destinação dos resultados de 2020.

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		367.979	791.761	367.979	791.761
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e amortização	25	155.058	171.231	111.245	119.200
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		6.582	8.699	1.716	3.276
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	12	11.175	-	11.175	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	11 e 12	(370.673)	(376.609)	(142.380)	(132.540)
Equivalência patrimonial	13	36.079	11.390	(350.033)	(454.412)
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	13	-	-	8.459	-
Provisão para perda no valor recuperável de intangível	15	8.459	-	-	-
Juros e variações monetárias		743.910	585.899	736.787	575.127
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	19	2.415.000	434.396	2.415.000	434.396
Ajustes decorrentes da revisão periódica da RAP	11 e 12	(429.840)	-	(429.840)	-
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	9.035	8.751	9.035	8.751
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	14.573	193.851	17.202	198.906
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo atualização financeira	8a	(9.966)	(666.122)	(9.565)	(640.455)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25c	34.565	1.002.228	24.450	978.987
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	(1.803.611)	(1.099.230)	(1.803.611)	(1.099.230)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	28	33.046	32.619	33.046	32.619
Provisão para ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova		-	(62.575)	-	(62.575)
Obrigações pós-emprego	21	79.352	75.343	79.352	75.343
Outros		10.569	-	10.569	-
		1.311.292	1.111.632	1.090.586	829.154
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores e revendedores		24.942	(226.481)	31.222	(217.694)
Tributos compensáveis		(1.069)	2.544	2.063	5.912
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(29.439)	(27.111)	(9.825)	(15.677)
Concessionários e transporte de energia		(18.434)	(23.228)	(18.675)	(23.234)
Depósitos vinculados a litígios		202.885	21.462	197.077	(817)
Dividendos recebidos		124.165	102.767	270.326	434.399
Ativos financeiros da concessão	11	372.661	328.002	173.807	134.838
Ativos de contrato		35.023	(41.872)	35.023	(41.872)
Outros		24.953	59.923	64.552	53.350
		735.687	196.006	745.570	329.205
(Aumento) redução de passivos					
Fornecedores		18.043	17.873	10.396	21.987
Impostos, taxas e contribuições		155.110	(14.231)	146.712	(17.643)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	129.313	493.576	-	344.700
Salários e contribuições sociais		6.825	1.684	6.811	1.654
Encargos regulatórios		13.064	19.196	9.822	17.644
Obrigações pós-emprego	21	(59.796)	(55.717)	(59.796)	(55.717)
Adiantamento de clientes		-	(40.894)	-	(40.894)
Outros		(11.164)	(15.070)	(44.016)	(18.278)
		251.395	406.417	69.929	253.453
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.298.374	1.714.055	1.906.085	1.411.812
Juros recebidos		-	24.578	-	24.578
Imposto de renda e contribuição social pagos		(144.384)	(686.774)	-	(542.646)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(434.271)	(449.205)	(432.875)	(449.205)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)		177.086	42.459	177.086	34.653
Juros pagos de arrendamentos	16	(798)	(5.531)	(786)	(5.415)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.896.007	639.582	1.649.510	473.777
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	13b	(731)	(43.050)	(12.731)	(43.050)
Redução de capital em investida		-	-	-	15.500
Mútuo com partes relacionadas	27	-	400.000	-	400.000
Imobilizado	14	(94.684)	(45.156)	(46.516)	(17.371)
Intangível	15	(1.557)	(1.563)	(1.557)	(1.255)

Notas Explicativas



	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Títulos e valores mobiliários		(1.093.491)	(303.325)	(900.532)	(197.335)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.190.463)	6.906	(961.336)	156.489
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		-	(42.947)	-	(42.501)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(607.882)	(537.892)	(577.926)	(537.892)
Pagamentos de arrendamentos	16	(12.757)	(10.803)	(12.195)	(10.447)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(620.639)	(591.642)	(590.121)	(590.840)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		84.905	54.846	98.053	39.426
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		211.608	301.696	136.208	226.830
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		296.513	356.542	234.261	266.256

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E
2019
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Set/2020		Jan a Set/2019		Jan a Set/2020		Jan a Set/2019	
RECEITAS								
Venda de energia e serviços	6.279.991		5.959.947		5.687.634		5.308.306	
Receita de construção	115.709		150.158		115.709		150.158	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	228.293		244.069		-		-	
Investimentos em imobilizado	48.167		17.688		48.167		17.688	
Receita de indenização da transmissão	357.253		124.057		357.253		124.057	
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	-		424.403		-		408.612	
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(12.167)		(31.315)		(2.114)		(7.374)	
Outras receitas, líquidas	102		17.921		102		17.921	
	7.017.348		6.906.928		6.206.751		6.019.368	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(3.131.877)		(3.098.219)		(3.100.750)		(3.055.137)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(162.169)		(155.199)		(120.621)		(112.645)	
Serviços de terceiros	(183.796)		(181.250)		(150.939)		(152.564)	
Materiais	(94.220)		(106.808)		(90.157)		(102.711)	
Concessão onerosa	(2.094)		(2.127)		(2.087)		(2.120)	
Outros custos operacionais	(110.146)		(1.027.411)		(92.129)		(1.025.950)	
	(3.684.302)		(4.571.014)		(3.556.683)		(4.451.127)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.333.046		2.335.914		2.650.068		1.568.241	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização	(155.058)		(171.231)		(111.245)		(119.200)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	3.177.988		2.164.683		2.538.823		1.449.041	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	(36.079)		(11.390)		350.033		454.412	
Receitas financeiras	1.886.523		1.471.376		1.865.763		1.429.838	
Ajustes referente à desvalorização em investimentos	-		-		(8.459)		-	
	1.850.444		1.459.986		2.207.337		1.884.250	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.028.432		3.624.669		4.746.160		3.333.291	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	301.554	6,00	322.178	8,88	289.326	6,10	307.410	9,23
Remuneração direta	176.793	3,52	210.360	5,80	165.057	3,48	196.028	5,88
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	102.241	2,03	93.909	2,59	101.859	2,15	93.580	2,81
FGTS	11.172	0,22	12.055	0,33	11.062	0,23	11.948	0,36
Programa de desligamento voluntário programado	11.348	0,23	5.854	0,16	11.348	0,24	5.854	0,18
Impostos, taxas e contribuições	1.150.297	22,88	1.380.308	38,10	901.532	18,99	1.118.769	33,56
Federais	727.490	14,47	896.024	24,72	522.998	11,02	693.508	20,81
Estaduais	417.756	8,31	478.323	13,20	376.128	7,92	422.483	12,67
Municipais	5.051	0,10	5.961	0,18	2.406	0,05	2.778	0,08
Remuneração de capitais de terceiros	3.208.602	63,80	1.130.422	31,18	3.187.323	67,16	1.115.351	33,46
Juros	3.205.377	63,75	1.125.243	31,04	3.184.764	67,10	1.111.243	33,34
Aluguéis	3.225	0,05	5.179	0,14	2.559	0,06	4.108	0,12
Remuneração de capitais próprios	367.979	7,32	791.761	21,84	367.979	7,75	791.761	23,75
Lucros retidos	367.979	7,32	791.761	21,84	367.979	7,75	791.761	23,75
	5.028.432	100,00	3.624.669	100,00	4.746.160	100,00	3.333.291	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui também participação em 82 usinas, sendo 75 hidrelétricas, 6 eólicas e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.786 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas Explicativas



b) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Cemig criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Em agosto, a Companhia iniciou o plano de retorno gradativo às atividades presenciais para empregados em trabalho remoto, observando as medidas que visam à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19 nos ambientes de trabalho.

Adicionalmente, o atendimento presencial nas agências foi suspenso temporariamente, sendo retomado, mediante agendamento, a partir de 3 de agosto de 2020, nos municípios que aderiram ao Plano Minas Consciente, elaborado pelo Governo de Minas Gerais, e que estão na fase de onda verde do programa. A decisão de atender presencialmente via agendamento obedece às normas do plano e está de acordo com a retomada da economia no estado de forma responsável, em virtude da pandemia do Covid-19.

Os canais virtuais de comunicação com os consumidores foram mantidos, assim como os atendimentos essenciais nos endereços de consumo, garantindo o fornecimento de energia adequado.

Notas Explicativas



Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez, e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos com seus consumidores livres; e
- diferimento dos recolhimentos de tributos e encargos trabalhistas, conforme autorização legal.

Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando a severidade das restrições aos negócios e à interação social durante a pandemia, combinada aos movimentos das taxas de juros e câmbio, a Companhia estima que os resultados da retração econômica impactarão negativamente a sua posição patrimonial, sendo ainda difícil estimar os efeitos finais sobre a sua situação patrimonial e resultados, mas sendo já possível afirmar que os principais efeitos ficaram concentrados no segundo trimestre e na primeira parte do terceiro trimestre de 2020.

Nesse cenário, a intervenção nas políticas de mercado e as iniciativas para reduzir a transmissão do Covid-19 levaram à redução no consumo de energia elétrica. Essa redução impacta a receita com fornecimento de energia da Companhia, além de aumentar a inadimplência dos consumidores.

Em 30 de setembro de 2020, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, identificando os seguintes efeitos:

- A Companhia avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros compensou parte da exposição à variação cambial do principal da dívida, gerando uma perda líquida de R\$611 milhões no resultado do período de janeiro a setembro de 2020. As projeções de longo prazo indicam uma depreciação do dólar em relação à cotação atual, que caso venha a se confirmar, representará uma diminuição nas despesas de variação cambial da Companhia;
- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante;

Notas Explicativas



- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes adicionais para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico;
- A Companhia efetuou também uma avaliação na tentativa de identificar o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que neste momento, devido à alta volatilidade do mercado, não é possível concluir se as taxas atuais refletem uma alteração nos fundamentos macroeconômicos que indicassem a necessidade de recálculo do passivo atuarial para as informações contábeis intermediárias;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A administração da Companhia também efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 28; e
- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica visando preservar sua liquidez no período da crise.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2020, não se espera impactos significativos no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

Notas Explicativas



A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias em 13 de novembro de 2020.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2019	30/09/2020	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios da consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	29	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	8	Tributos compensáveis
10	-	Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS – Ação judicial com trânsito em julgado
11	9	Imposto de renda e contribuição social
12	10	Depósitos vinculados a litígios
13	11	Ativos financeiros da concessão
14	12	Ativos de contrato
15	13	Investimentos
16	14	Imobilizado
17	15	Intangíveis
18	16	Operações de arrendamento mercantil
19	17	Fornecedores
20	18	Impostos, taxas e contribuições
21	19	Empréstimos, financiamentos e debêntures
22	20	Encargos regulatórios
23	21	Obrigações pós-emprego
24	22	Provisões
25	23	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
26	24	Receitas
27	25	Custos e despesas operacionais
28	26	Receitas e despesas financeiras
29	27	Transações com partes relacionadas
30	28	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
33	30	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
31	Seguros
32	Obrigações contratuais

Notas Explicativas



3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades Controladas	Forma de avaliação	30/09/2020 e 31/12/2019	
		Participação direta (%)	
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação		100,00
Sá Carvalho S.A.	Consolidação		100,00
Horizontes Energia S.A.	Consolidação		100,00
Rosal Energia S.A.	Consolidação		100,00
Cemig PCH S.A.	Consolidação		100,00
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (1)	Consolidação		100,00
Cemig Trading S.A.	Consolidação		100,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação		100,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação		100,00

(1) Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

Notas Explicativas



4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão	Data de vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (6)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Proinfra. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração, que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Companhia pela extinção antecipada da concessão desta Usina, levando à baixa do ativo na contabilidade desta controlada. Em 30 de setembro de 2020, a Aneel recomendou ao MME a formalização da extinção da concessão referente à UTE Igarapé, em face do requerimento de rescisão apresentado pela Companhia.

Os contratos das PCHs Luiz Dias, Salto Morais e Xicão, com potência instalada de 1.620 kW, 2.394 kW e 1.808 kW, respectivamente, foram extintos pela Aneel a pedido da Companhia, por meio de Resoluções Autorizativas de 13 de outubro de 2020, sem reversão de bens, para posterior obtenção de registro de Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs, nos termos da legislação e regulamentação. A Companhia continua operando essas Usinas, cujo registro será realizado em conformidade à regulamentação. A concessão da Usina de Salto Morais foi encerrada em julho de 2020, de acordo com o contrato firmado com o Órgão Regulador, mas continuou sendo

Notas Explicativas



operada pela Companhia, considerando que sua potência é inferior a 5MW e não é necessária a outorga de concessão ou autorização neste caso.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, incluindo as usinas mencionadas no parágrafo anterior, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Contas bancárias	5.767	8.644	343	2.503
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	148.272	184.682	133.995	127.419
Overnight (2)	142.474	18.282	99.923	6.286
	290.746	202.964	233.918	133.705
	296.513	211.608	234.261	136.208

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 65,00% a 104,50% em 30 de setembro de 2020 (65,00% a 103,00% em 31 de dezembro de 2019) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 1,89% a.a. em 30 de setembro de 2020 (4,39% a.a. em 31 de dezembro de 2019) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	46.004	-	32.264	-
Letras financeiras (LF's) – Bancos (2)	1.021.031	323.761	716.092	111.308
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	254.400	47.268	178.421	16.250
Debêntures (4)	2.120	1.573	1.487	541
Outros	312	76	313	76
	1.323.867	372.678	928.577	128.175
Não circulante				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	135.839	-	95.270	-
Debêntures (4)	7.379	916	5.175	315
	143.218	916	100.445	315
	1.467.085	373.594	1.029.022	128.490

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 110,00% a 120,00% em 30 de setembro de 2020 conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 102,25% a 142,90% do CDI em 30 de setembro de 2020 (101,95% a 113,00% em 31 de dezembro 2019).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 106,75% a 109,00% do CDI em 30 de setembro de 2020 (108,25% a 113,00% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 28 e 27, respectivamente.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	30/09/2020	31/12/2019
Industrial	17.745	235.556	25.078	24.431	61.701	364.511	333.282
Comércio, serviços e outras	3.470	77.899	10.714	9.703	-	101.786	111.091
Suprimento a outras concessionárias	10.044	312.714	23.481	889	9.667	356.795	257.724
Concessionários – transp. de energia	14.171	91.497	-	3.759	4.822	114.249	95.815
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	19.595	-	218.780	-	-	238.375	385.558
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.239)	(782)	(57.332)	(59.353)	(48.432)
	65.025	717.666	276.814	38.000	18.858	1.116.363	1.135.038
Ativo circulante						1.107.845	1.129.096
Consumidores e revendedores						993.596	1.033.281
Concessionários – Transp. energia						114.249	95.815
Ativo não circulante						8.518	5.942
Consumidores e revendedores						8.518	5.942

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	30/09/2020	31/12/2019
Industrial	10.793	202.544	18.068	12.254	18.548	262.207	248.023
Comércio, serviços e outras	3.470	77.899	10.714	9.703	-	101.786	111.092
Suprimento a outras concessionárias	5.022	275.076	15.376	872	30	296.376	195.623
Concessionários – transp. de energia	14.438	91.555	-	3.759	4.821	114.573	95.898
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	19.595	-	218.789	-	-	238.384	375.752
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.239)	(782)	(17.180)	(19.201)	(17.602)
	53.318	647.074	261.708	25.806	6.219	994.125	1.008.786
Ativo circulante						991.485	1.008.213
Consumidores e revendedores						876.912	912.315
Concessionários – Transp. energia						114.573	95.898
Ativo não circulante						2.640	573
Consumidores e revendedores						2.640	573

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no período é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.486	24.486
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	31.315	7.374
Baixa	(14.460)	(14.460)
Saldo em 30 de setembro de 2019	41.341	17.400
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.432	17.602
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	12.167	2.114
Baixa	(1.246)	(515)
Saldo em 30 de setembro de 2020	59.353	19.201

Notas Explicativas



8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante				
ICMS a recuperar	22.640	21.792	16.842	17.294
Cofins	401.889	5.560	398.021	3.196
PIS/Pasep	87.665	1.612	86.590	867
INSS	14.701	15.041	14.701	15.041
Outros	4.250	7.177	4.377	7.302
	531.145	51.182	520.531	43.700
Não circulante				
ICMS a recuperar	23.431	21.914	23.432	21.914
Cofins	23.457	537.040	439	514.351
PIS/Pasep	5.165	116.666	95	111.669
Outros	431	431	-	-
	52.484	676.051	23.966	647.934
	583.629	727.233	544.497	691.634

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito desta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, encontram-se registrados os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho S.A., Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em favor da Companhia em 2019.

A Companhia recuperará os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Diante disso, a Companhia transferiu para o ativo circulante o valor dos créditos cuja expectativa de compensação não ultrapassa o prazo de 12 meses, nos montantes de R\$85.695 e R\$394.715 para PIS/Pasep e Cofins, respectivamente.

Os efeitos dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo sua atualização pela Selic, foram reconhecidos no resultado da Companhia em 2019, pelo montante líquido de tributos, atualizado até 31 de dezembro de 2019, de R\$427.055. Deste montante, R\$413.616 foram reconhecidos em receitas operacionais, R\$233.438 como receitas financeiras (líquidas de PIS/Pasep e Cofins), além de IRPJ e CSLL, no montante total de R\$219.999.

Notas Explicativas



Esses créditos tributários são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro consolidado e individual, em 30 de setembro de 2020, de R\$9.966 e R\$9.565, respectivamente, conforme nota explicativa nº 26.

Até 30 de setembro de 2020, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$154.639.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativos, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas informações contábeis intermediárias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do período fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante				
Imposto de renda	287.210	239.443	285.157	238.261
Contribuição social	121.596	125.119	121.044	124.788
	408.806	364.562	406.201	363.049
Não circulante				
Imposto de renda	2.461	2.461	-	-
Contribuição social	606	606	-	-
	3.067	3.067	-	-

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfa por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

Notas Explicativas



b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Circulante		
Imposto de renda	74.670	98.712
Contribuição social	25.605	35.156
	100.275	133.868

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
ATIVO				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	590.125	-	590.125	-
Obrigações pós-emprego	456.864	444.411	456.864	444.411
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	13.156	11.075	6.528	5.984
Provisões para contingências	114.476	110.374	114.421	110.319
Provisão put SAAG	175.402	164.166	175.402	164.166
Provisão para perdas em investimentos	272.863	277.300	272.863	277.300
Outras provisões	49.880	46.080	49.880	46.080
Concessão onerosa	9.098	8.194	9.098	8.194
Outros	11.692	21.210	11.661	21.176
	1.693.556	1.082.810	1.686.842	1.077.630
PASSIVO				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(226.314)	(231.833)	(207.858)	(212.319)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa dos ativos da concessão	(613.513)	(514.801)	(613.513)	(514.801)
Valor justo de participações societárias	(140.398)	(146.852)	(140.398)	(146.852)
Atualização de depósitos judiciais	(391)	(385)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (<i>swap</i>)	(1.116.608)	(574.921)	(1.116.608)	(574.921)
Outros	(8.913)	(12.026)	(8.227)	(11.297)
	(2.106.137)	(1.480.818)	(2.086.604)	(1.460.190)
Total líquido	(412.581)	(398.008)	(399.762)	(382.560)
Total do ativo	6.875	5.100	-	-
Total do passivo	(419.456)	(403.108)	(399.762)	(382.560)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(461.731)	(436.070)
Efeitos alocados ao resultado	(193.851)	(198.906)
Outros	348	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	(655.234)	(634.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(398.008)	(382.560)
Efeitos alocados ao resultado	(14.573)	(17.202)
Saldo em 30 de setembro de 2020	(412.581)	(399.762)

Notas Explicativas



d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultados é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	511.865	1.479.188	385.181	1.335.367
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(174.034)	(502.924)	(130.962)	(454.025)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Incentivos fiscais	11	4.299	-	3.342
Resultado de equivalência patrimonial	(21.932)	(11.800)	114.559	150.048
Multas indedutíveis	(655)	(9.066)	(655)	(9.066)
Contribuições e doações indedutíveis	(38)	(981)	(38)	(659)
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	52.567	65.989	-	-
PECLD com partes relacionadas	-	(233.930)	-	(233.930)
Outros	195	986	(106)	684
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(143.886)	(687.427)	(17.202)	(543.606)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(129.313)	(493.576)	-	(344.700)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(14.573)	(193.851)	(17.202)	(198.906)
	(143.886)	(687.427)	(17.202)	(543.606)
Alíquota efetiva	28,11%	46,47%	4,47%	40,71%

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(7.660)	(194.433)	(55.070)	(233.452)
Imposto de renda e contribuição social – crédito fiscal (34%)	2.605	66.107	18.723	79.373
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Incentivos fiscais	4	(4.687)	-	(5.591)
Resultado de equivalência patrimonial	(14.980)	(9.563)	39.645	37.171
Multas indedutíveis	(269)	(9.062)	(269)	(9.062)
Contribuições e doações indedutíveis	-	(652)	-	(346)
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	23.231	20.280	-	-
Outros	74	(1.942)	(24)	(2.045)
Imposto de renda e contribuição social – receita efetiva	10.665	60.481	58.075	99.500
Imposto de renda e contribuição social corrente	(48.182)	90.104	-	133.128
Imposto de renda e contribuição social diferido	58.847	(29.623)	58.075	(33.628)
	10.665	60.481	58.075	99.500
Alíquota efetiva	139,23%	31,11%	105,46%	42,62%

Notas Explicativas



10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Trabalhistas	31.636	32.100	31.052	31.477
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	17.423	17.226	16.107	15.910
PIS/Pasep e Cofins (1)	6.298	207.469	-	195.409
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	67.190	66.483	67.190	66.483
IPTU	11.975	11.423	11.973	11.421
CSLL (3)	18.062	18.062	18.062	18.062
Outros	3.046	2.513	2.829	2.357
	123.994	323.176	116.161	309.642
Outros				
Bloqueio judicial	960	974	897	942
Regulatórios	3.120	3.002	3.120	3.002
Outros	4.825	5.025	4.788	4.988
	8.905	9.001	8.805	8.932
	164.535	364.277	156.018	350.051

(1) Refere-se aos depósitos relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes abaixo.

(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do anuênio).

(3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

Levantamento de depósitos judiciais

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou o levantamento do depósito judicial referente à ação que questionava a incidência do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante atualizado total de R\$196.169. No terceiro trimestre de 2020, foi levantado o depósito judicial realizado pela controlada Sá Carvalho, no montante de R\$5.856. O levantamento do depósito judicial das demais controladas será requerido no âmbito dos processos que discutem a matéria, à medida do trânsito em julgado das ações por elas movidas.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Transmissão - Indenização a receber (11.1)	1.211.275	1.280.652	1.211.275	1.280.652
Geração - Indenização a receber (11.2)	816.202	816.202	816.202	816.202
Geração - Bonificação pela outorga (11.3)	2.497.655	2.468.216	-	-
	4.525.132	4.565.070	2.027.477	2.096.854
Circulante	580.988	439.582	325.790	189.017
Não circulante	3.944.144	4.125.488	1.701.687	1.907.837

Notas Explicativas



A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.225.132	1.296.314	4.521.446	816.202	1.296.314	2.112.516
Atualização financeira	244.069	97.331	341.400	-	97.331	97.331
Recebimentos	(193.164)	(134.838)	(328.002)	-	(134.838)	(134.838)
Transferências – Ativo de contrato (nota 12)	-	44.082	44.082	-	44.082	44.082
Saldos em 30 de setembro de 2019	3.276.037	1.302.889	4.578.926	816.202	1.302.889	2.119.091
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.284.418	1.280.652	4.565.070	816.202	1.280.652	2.096.854
Atualização financeira	228.293	94.247	322.540	-	94.247	94.247
Recebimentos	(198.854)	(173.807)	(372.661)	-	(173.807)	(173.807)
Ajuste decorrente da revisão periódica da RAP	-	10.183	10.183	-	10.183	10.183
Saldos em 30 de setembro de 2020	3.313.857	1.211.275	4.525.132	816.202	1.211.275	2.027.477

11.1 Transmissão - Indenização a receber

Em 20 de abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela Aneel por meio de Despachos, relativos às instalações da Rede Básica – RBSE, ainda não amortizadas, não depreciadas ou não indenizadas pelo poder concedente, vinculadas aos contratos de concessão renovados nos termos da Lei 12.783/2013, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. Esse dispositivo determinou o recebimento por meio da Receita Anual Permitida - RAP dos valores relativos à RBSE.

Com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia - MME, especialmente a Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, a parcela dos direitos da Companhia para qual exige-se apenas a passagem do tempo antes do seu recebimento foi classificada como ativo financeiro, em conformidade ao IFRS 9 / CPC 48.

Assim, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro, uma vez que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

A classificação dessa parcela como ativo financeiro está fundamentada na inexistência de ativos vinculados ao componente financeiro da RBSE para os quais pudesse ser exigida obrigação de performance para o seu recebimento. Nesse contexto, a Companhia tem o direito incondicional ao recebível, previsto no art. 15 da Lei 12.783/2013, bem como nos regulamentos da Aneel, exigindo-se, basicamente, somente a passagem do tempo para o recebimento da contraprestação devida. O ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, nos termos da IFRS 09/ CPC 48, considerando que é remunerado pelo custo de capital regulatório previamente definido pela Aneel, por meio da Resolução 762/2017 e é mantido em modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, que constituem o pagamento de principal e juros sobre o principal em aberto.

Notas Explicativas



Em relação às instalações da RBSE vinculadas ao contrato de concessão da Companhia, a Aneel homologou, por meio do Despacho nº 2.181, em 16 de agosto de 2016, o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização, que foi, assim, registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros definidos nos regulamentos da Aneel, de acordo com suas características.

A indenização a ser recebida, atualizada até 30 de setembro de 2020, no montante de R\$1.211.275 (R\$1.280.652 em 31 de dezembro de 2019) é classificada como ativo financeiro, pelo custo amortizado, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$761.166 (R\$832.915 em 31 de dezembro de 2019) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos por meio da RAP, com início em julho de 2017.

Em 30 de junho de 2020, o resultado da Revisão Periódica da RAP – RTP foi homologado por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, ocasionando o ajuste de R\$10.183 na componente financeira da RAP, decorrente, principalmente, da alteração retrospectiva, a partir de 1º de julho de 2018, do Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão. Mais informações sobre a Revisão Periódica da RAP na nota explicativa nº 12.

Indenização dos ativos de transmissão - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados à suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente à remuneração do custo do capital próprio real incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$450.109 em 30 de setembro de 2020 (R\$447.737 em 31 de dezembro de 2019), atualizado pela variação do IPCA, somado ao custo médio de capital regulatório (WACC regulatório).

Em junho de 2020, em função da cassação da maioria das liminares e em cumprimento aos Pareceres de Força Executória emanados pela Procuradoria Federal junto à Aneel, foram calculados os efeitos provocados pela reversão destas liminares, para incorporação da remuneração pelo custo de capital próprio real à receita das transmissoras a partir do ciclo 2020-

Notas Explicativas



2021, considerando todos os efeitos retroativos, inclusive, quando da instrução processual da Revisão Periódica da RAP de 2018. A Aneel, neste momento, homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020, tendo em vista a necessidade de maior aprofundamento acerca das condições jurídicas para análise do recurso da Companhia, que requer a inclusão também da remuneração pelo WACC regulatório dos períodos em que o seu recebimento esteve suspenso, no montante aproximado de R\$86.042.

A Companhia entende que o tratamento dispensado a esse componente, que inclui a atualização pelo IPCA somado ao custo médio ponderado de capital regulatório do período de junho de 2017 a junho de 2020, reflete adequadamente as regulamentações emitidas pelo Poder Concedente e não espera quaisquer perdas relativas à parcela que ainda está sendo discutida junto à Aneel.

A diferença gerada pela incorporação da remuneração pelo custo de capital próprio, decorrente do efetivamente pago e o devido entre os ciclos 2017-2018 a 2019-2020, será incorporada à RAP por meio de Parcela de Ajuste, em três ciclos. O valor total desse parâmetro a ser recebido durante o ciclo de 2020-2021, que inclui a competência do ciclo corrente, no valor de R\$65.945, alcança o montante total aproximado de R\$131.075. No terceiro trimestre de 2020 foram recebidos R\$33.252.

11.2 Geração - Indenizações a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piauí	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408,00	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424,00	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

Notas Explicativas



Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 30 de setembro de 2020, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019, visando à obtenção de subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, tendo sido divulgada a Nota Técnica nº 096/2019, em 30 de setembro de 2019. Contudo a Resolução Normativa sobre o assunto ainda não foi votada pela diretoria da Aneel.

11.3 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2019	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2020
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.402.425	122.616	(106.844)	1.418.197
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	440.158	38.678	(33.695)	445.141
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	164.799	16.486	(14.326)	166.959
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	123.585	12.273	(10.664)	125.194
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	161.490	17.255	(15.005)	163.740
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	109.757	13.054	(11.394)	111.417
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	66.002	7.931	(6.926)	67.007
Total		2.468.216	228.293	(198.854)	2.497.655

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	131.837	(103.787)	1.397.950
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	41.564	(32.731)	438.743
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	17.494	(13.916)	164.179
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	13.032	(10.359)	123.125
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	18.203	(14.576)	160.844
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	13.651	(11.068)	109.280
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	8.288	(6.727)	65.714
Total		2.408.930	244.069	(193.164)	2.459.835

Notas Explicativas



A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 30 de setembro de 2020:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Transmissão – Ativos reincorporados à base de remuneração de ativos	485.455	347.691	485.455	347.691
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	1.131.323	848.543	1.131.323	848.543
	1.616.778	1.196.234	1.616.778	1.196.234
Circulante	229.394	171.849	229.394	171.849
Não circulante	1.387.384	1.024.385	1.387.384	1.024.385

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.129.310
Adições	150.158
Atualização financeira	26.726
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	8.483
Recebimentos	(108.286)
Baixa	(3.259)
Transferências para o imobilizado (nota 14)	6
Transferências para o ativo financeiro (nota 11)	(44.082)
Saldo em 30 de setembro de 2019	1.159.056
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.196.234
Adições	115.709
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão – Revisão Periódica da RAP	419.657
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo de contrato da concessão	48.133
Recebimentos	(150.732)
Baixa	(1.048)
Ajustes perda por redução ao valor recuperável (1)	(11.175)
Saldo em 30 de setembro de 2020	1.616.778

(1) A perda no valor recuperável dos ativos de contrato, registrada em outras despesas, se refere ao saldo dos custos dos ativos que não foram incorporados à base de remuneração e para os quais a Companhia não tem expectativa de recuperação, no montante de R\$11.175.

Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Saldo remanescente da RBSE a ser recebido por meio da RAP

A parcela econômica da RAP, referente às instalações da RBSE (Rede Básica), consubstanciada na quota de reintegração regulatória incorporada à base de remuneração, nos termos da Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, é classificada como ativo de contrato, à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).

Notas Explicativas



O direito à contraprestação vinculado a esses ativos depende da disponibilidade da rede, uma vez que foram reincorporados à base de remuneração mediante a renovação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, e serão recebidos pelo prazo remanescente de sua vida útil, à medida da prestação dos serviços de operação e manutenção. Assim, o ativo é reconhecido de acordo com a IFRS 15/CPC 47, como ativo de contrato, representando o desempenho concluído antes do direito ao recebimento da contraprestação, que ocorrerá durante a utilização da infraestrutura construída, pelo período de sua vida útil, em conformidade à Resolução Aneel 762/2017, concomitantemente à prestação de serviços de operação e manutenção, necessários à disponibilidade da rede.

Como resultado da Revisão Periódica da RAP, detalhada na sequência desta nota explicativa, a parcela econômica da RAP foi recalculada de acordo com as regras regulatórias aplicáveis, ocasionando o ajuste positivo de R\$220.943 no resultado do período findo em 30 de junho de 2020 da Companhia.

Esses valores, originados da adesão aos termos da Lei 12.783/13 e dos ajustes decorrentes da RTP da RAP, alcançam o montante de R\$485.455 em 30 de setembro de 2020 (R\$347.691 em 31 de dezembro de 2019) e estão sendo recuperados por meio da RAP.

Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a Aneel calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret.

De acordo com o Proret, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões, as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 30 de setembro de 2020, o saldo a receber é de R\$1.131.323 (R\$848.543 em 31 de dezembro de 2019).

Os ativos de melhoria e reforços referentes ao período de janeiro de 2013 a janeiro de 2018 foram remensurados pelo Banco de Preço Referenciado Aneel, de acordo com os requisitos regulatórios em razão da Revisão Periódica da RAP, homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020, detalhada na sequência desta nota explicativa. O resultado obtido com a remensuração desta Base de Remuneração ocasionou o ajuste positivo de R\$198.714 no resultado da Companhia.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, concede o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização, atrelada ao cumprimento das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento e mensuração da receita e dos custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

Notas Explicativas



Revisão tarifária periódica da RAP

Em 30 de setembro de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Para a RAP da Companhia foi fixado o reposicionamento tarifário líquido de 9,13%, composto de: (i) -10,25% decorrente da reavaliação dos ativos oriundos de reforços e melhorias (base incremental); (ii) 0,51% para os ativos reincorporados à base de remuneração e (iii) 37,89% referente à revisão do componente financeiro da RAP e alteração do custo médio de capital regulatório (WACC).

13. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Coligadas				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	118.736	166.617	118.736	166.617
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	346.170	384.809	346.170	384.809
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	56.803	53.728	56.803	53.728
Guanhães Energia	130.587	131.076	130.587	131.076
Hidrelétrica Pipoca	34.149	30.730	34.149	30.730
Lightger	43.965	46.487	43.965	46.487
Baguari Energia	162.858	157.499	162.858	157.499
Aliança Norte (usina Belo Monte)	645.908	671.166	645.908	671.166
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	989.249	1.027.860	989.249	1.027.860
Aliança Geração	1.259.626	1.191.550	1.259.626	1.191.550
Retiro Baixo	192.804	180.043	192.804	180.043
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	9	19
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.454.406	1.407.996
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	460.172	446.318
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	179.807	183.617
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	142.373	136.140
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	176.353	179.275
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	127.959	126.802
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	85.400	72.648
Rosal Energia S.A.	-	-	131.846	127.994
Sá Carvalho S.A.	-	-	111.924	123.929
Horizontes Energia S.A.	-	-	57.496	57.397
Cemig PCH S.A.	-	-	92.693	97.731
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	3.860	3.638
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	42.697	28.263
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (1)	-	-	2.529	3.359
Cemig Trading S.A.	-	-	23.076	31.027
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	144.363	149.260
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	100.884	124.507
Total do Investimento	3.980.855	4.041.565	7.318.702	7.341.485
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(21.617)	(21.810)	(21.617)	(21.810)
Total	3.959.238	4.019.755	7.297.085	7.319.675

(1) Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo. Conseqüentemente, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 30 de setembro de 2020 alcançou o montante de R\$21.617 (R\$21.810 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



Para o período findo em 30 de setembro de 2020, a Administração da Companhia considerou que o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (Nota 1.b) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/ CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Entretanto, considerando que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu nenhuma alteração, a Administração da Companhia e de suas controladas concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável na Companhia e suas controladas em razão do atual cenário econômico.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$55.411 (R\$60.072 em 31 de dezembro de 2019) e R\$53.696 (R\$66.606 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2018	Amortização	30/09/2019	31/12/2019	Amortização	30/09/2020
Retiro Baixo	31.966	(1.042)	30.924	30.576	(1.042)	29.534
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	18.000	(552)	17.448	17.263	(552)	16.711
Aliança Geração	377.534	(18.982)	358.552	352.225	(18.983)	333.242
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	52.575	(1.479)	51.096	50.603	(1.479)	49.124
	480.075	(22.055)	458.020	450.667	(22.056)	428.611

Controladora	31/12/2018	Amortização	30/09/2019	31/12/2019	Amortização	Impairment	30/09/2020
Retiro Baixo	31.966	(1.042)	30.924	30.576	(1.042)	-	29.534
Central Eólica Praias de Parajuru	66.286	(4.661)	61.625	60.072	(4.661)	-	55.411
Central Eólica Volta do Rio (1)	95.819	(6.160)	89.659	66.606	(4.451)	(8.459)	53.696
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	18.000	(552)	17.448	17.263	(552)	-	16.711
Aliança Geração	377.534	(18.982)	358.552	352.225	(18.983)	-	333.242
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	52.575	(1.479)	51.096	50.603	(1.479)	-	49.124
	642.180	(32.876)	609.304	577.345	(31.168)	(8.459)	537.718

(1) Em virtude de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável dos direitos de autorização de geração de energia eólica de Volta do Rio, em 30 de junho de 2020. Mais informações na nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas



b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 30/09/2020
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	7.888	-	(4.813)	56.803
Guanhães Energia	131.076	(489)	-	-	130.587
Hidrelétrica Pipoca	30.730	6.222	-	(2.803)	34.149
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	166.617	(47.881)	-	-	118.736
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	384.809	(38.639)	-	-	346.170
Baguari Energia	157.499	15.999	-	(10.640)	162.858
Lightger	46.487	4.391	-	(6.913)	43.965
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.027.860	(38.686)	75	-	989.249
Aliança Norte (usina Belo Monte)	671.166	(25.258)	-	-	645.908
Aliança Geração	1.191.550	68.076	-	-	1.259.626
Retiro Baixo	180.043	12.761	-	-	192.804
Total do investimento	4.041.565	(35.616)	75	(25.169)	3.980.855
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(21.810)	(463)	656	-	(21.617)
Total	4.019.755	(36.079)	731	(25.169)	3.959.238

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 30/09/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	9.499	-	(3.421)	55.291
Guanhães Energia	111.838	(552)	19.766	-	131.052
Hidrelétrica Pipoca	30.629	2.294	-	(4.374)	28.549
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(67.996)	-	-	202.094
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	470.022	(56.067)	-	-	413.955
Baguari Energia	162.224	14.844	-	(13.563)	163.505
Lightger	42.191	6.106	-	(2.991)	45.306
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	1.012.636	20.814	75	-	1.033.525
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	663.755	10.575	953	-	675.283
Aliança Geração	1.216.860	61.915	-	-	1.278.775
Retiro Baixo	170.720	9.396	-	-	180.116
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(22.218)	22.256	-	5.168
Total do investimento	4.205.308	(11.390)	43.050	(24.349)	4.212.619

Notas Explicativas



Controladora	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 30/09/2020
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	7.888	-	(4.813)	-	56.803
Guanhães Energia	131.076	(489)	-	-	-	130.587
Hidrelétrica Pipoca	30.730	6.222	-	(2.803)	-	34.149
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	166.617	(47.881)	-	-	-	118.736
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	384.809	(38.639)	-	-	-	346.170
Baguari Energia	157.499	15.999	-	(10.640)	-	162.858
Central Eólica Praias Parajuru	149.260	(4.897)	-	-	-	144.363
Central Eólica Volta do Rio (1)	124.507	(27.164)	12.000	-	(8.459)	100.884
Lightger	46.487	4.391	-	(6.913)	-	43.965
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.027.860	(38.686)	75	-	-	989.249
Aliança Norte (usina Belo Monte)	671.166	(25.258)	-	-	-	645.908
Aliança Geração	1.191.550	68.076	-	-	-	1.259.626
Retiro Baixo	180.043	12.761	-	-	-	192.804
Cemig Baguari	19	(10)	-	-	-	9
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.407.996	129.732	-	(83.322)	-	1.454.406
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	446.318	43.203	-	(29.349)	-	460.172
Cemig Ger. Itutinga S.A.	183.617	21.837	-	(25.647)	-	179.807
Cemig Geração Camargos S.A.	136.140	23.375	-	(17.142)	-	142.373
Cemig Geração Sul S.A.	179.275	21.573	-	(24.495)	-	176.353
Cemig Geração Leste S.A.	126.802	22.012	-	(20.855)	-	127.959
Cemig Geração Oeste S.A.	72.648	13.655	-	(903)	-	85.400
Rosal Energia S.A.	127.994	22.923	-	(19.071)	-	131.846
Sá Carvalho S.A.	123.929	29.843	-	(41.848)	-	111.924
Horizontes Energia S.A.	57.397	11.118	-	(11.019)	-	57.496
Cemig PCH S.A.	97.731	13.950	-	(18.988)	-	92.693
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	3.638	222	-	-	-	3.860
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	28.263	42.113	-	(27.679)	-	42.697
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (2)	3.359	751	-	(1.581)	-	2.529
Cemig Trading S.A.	31.027	21.876	-	(29.827)	-	23.076
Total do Investimento	7.341.485	350.496	12.075	(376.895)	(8.459)	7.318.702
Itaocara – Passivo a descoberto	(21.810)	(463)	656	-	-	(21.617)
Total	7.319.675	350.033	12.731	(376.895)	(8.459)	7.297.085

- (1) Em virtude de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável dos direitos de autorização de geração de energia eólica de Volta do Rio, em 30 de junho de 2020. Mais informações na nota explicativa nº 15.
- (2) Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

Notas Explicativas



Controladora	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros (1)	Saldo em 30/09/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	9.499	-	(3.421)	-	55.291
Guanhães Energia	111.838	(552)	19.766	-	-	131.052
Hidrelétrica Pipoca	30.629	2.294	-	(4.374)	-	28.549
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(67.996)	-	-	-	202.094
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	(56.067)	-	-	-	413.955
Baguari Energia	162.224	14.844	-	(13.563)	-	163.505
Central Eólica Praias Parajuru	145.880	873	-	(12)	-	146.741
Central Eólica Volta do Rio	180.976	(11.973)	-	-	-	169.003
Lightger	42.191	6.106	-	(2.991)	-	45.306
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	20.814	75	-	-	1.033.525
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	10.575	953	-	-	675.283
Aliança Geração	1.216.860	61.915	-	-	-	1.278.775
Retiro Baixo	170.720	9.396	-	-	-	180.116
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(22.218)	22.256	-	-	5.168
Cemig Baguari	36	(16)	-	-	-	20
Cemig Ger. Três Marias S.A.	1.395.614	132.652	-	(137.507)	-	1.390.759
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	440.083	48.707	-	(33.659)	-	455.131
Cemig Ger. Itutinga S.A.	178.545	31.180	-	(40.967)	-	168.758
Cemig Geração Camargos S.A.	131.570	24.222	-	(27.142)	-	128.650
Cemig Geração Sul S.A.	176.424	30.832	-	(40.527)	-	166.729
Cemig Geração Leste S.A.	120.686	22.689	-	(29.021)	-	114.354
Cemig Geração Oeste S.A.	69.898	13.668	-	(14.174)	-	69.392
Rosal Energia S.A.	124.897	18.038	-	(21.443)	-	121.492
Sá Carvalho S.A.	94.447	45.005	-	(21.340)	-	118.112
Horizontes Energia S.A.	54.953	12.273	-	(16.066)	-	51.160
Cemig PCH S.A.	92.987	9.419	-	(14.629)	-	87.777
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	18.406	1.384	-	(728)	(15.500)	3.562
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	26.755	41.416	-	(53.575)	-	14.596
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	2.841	1.082	-	(1.064)	-	2.859
Cemig Trading S.A.	28.135	44.351	-	(56.252)	-	16.234
Total do investimento	7.488.441	454.412	43.050	(532.455)	(15.500)	7.437.948

(1) A movimentação apresentada na coluna "Outros" refere-se à redução do capital social da investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 11 de fevereiro de 2019, com efeitos a partir de 20 de abril de 2019, conforme estabelecido pela Lei 6.404/1976.

Notas Explicativas



c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 30 de setembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Coligadas							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	2.890.230	15,51	10.619.786	3.704.760
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	114.833	49,00	35.000	109.649
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	266.775	49,00	548.626	267.503
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	68.533	49,00	41.360	62.715
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	234.707	69,39	186.573	226.984
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	89.724	49,00	79.232	94.871
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.893.675.837	49,00	1.208.071	1.217.927	49,00	1.208.071	1.266.453
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.327.851	74,50	1.322.598	1.379.678
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	2.051.183	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	327.194	49,90	225.350	299.532
Renova (1) (2)	41.719.724	36,23	2.960.776	(1.351.088)	36,23	2.960.776	(1.130.428)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	70.621.514	49,00	70.622	(44.116)	49,00	69.283	(44.510)
Controladas							
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	9	100,00	306	19
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.454.406	100,00	1.291.423	1.407.996
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	460.172	100,00	405.268	446.318
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	179.807	100,00	151.309	183.617
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	142.373	100,00	113.499	136.140
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	176.353	100,00	148.147	179.275
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	127.959	100,00	100.569	126.802
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	85.400	100,00	60.595	72.648
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	131.846	100,00	46.944	127.994
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	111.924	100,00	36.833	123.929
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	57.496	100,00	39.258	57.397
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	92.693	100,00	45.952	97.731
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	1.402.000	100,00	1.402	3.860	100,00	1.402	3.638
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	42.697	100,00	486	28.263
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.529	100,00	1.000	3.359
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	23.076	100,00	1.000	31.027
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	70.560.000	100,00	70.560	88.952	100,00	71.835	89.188
Central Eólica Volta do Rio S.A.	117.230.000	100,00	117.230	47.188	100,00	138.867	57.901

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento nessa investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. A Renova revisou o saldo do seu investimento na controlada em conjunto Brasil PCH e reconheceu em suas demonstrações financeiras ajustes relacionados à equivalência patrimonial referentes ao exercício de 2018, o que gerou a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2019.

(3) Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

Notas Explicativas



Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No período findo em 30 de setembro de 2020, a MESA apresentou prejuízo de R\$814.530 (R\$796.465 em 30 de setembro de 2019). Em 30 de setembro de 2020 a MESA apresentou Capital Circulante Líquido – CCL positivo no montante de R\$18.135 (R\$427.060, negativo, em 31 de dezembro de 2019). O capital circulante líquido tornou-se positivo, principalmente, por conta das suspensões dos pagamentos (Standstill) das parcelas dos contratos de financiamentos do FNO, BNDES Direto e dos bancos repassadores. Também contribuíram para este resultado as postergações e economias de Capex, Opex e dos gastos gerais e administrativos (G&A) que ocorreram em razão da pandemia Covid-19, que implicou na redução da execução das atividades, adicionado à gestão eficiente dos gastos realizados pela Administração da investida.

Historicamente, a MESA apresentou CCL negativo, e pode voltar a apresentar em períodos futuros pós-pandemia, quando o fluxo financeiro dos financiamentos e demais gastos forem normalizados. Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$678.551, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

Notas Explicativas



A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Em 30 de setembro de 2020, a investida confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678.551.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Adicionalmente, a SAAG e a Companhia instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”)

No período findo em 30 de setembro de 2020, a controlada em conjunto Renova, atualmente em processo de recuperação judicial, apresentou prejuízo de R\$222.939 (R\$774.829 em 30 de setembro de 2019), capital circulante líquido negativo de R\$3.172.047 (R\$2.906.643 em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto).

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, a Companhia provisionou, em 30 de junho de 2019, uma perda estimada na realização dos créditos decorrentes de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, no montante de R\$688 milhões.

Pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”). Em 07 de julho de 2020 a Renova protocolou dois novos Planos de Recuperação Judicial, sendo o primeiro referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A, vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, e o segundo, contemplando a investida e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, ambos em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. Em 03 de novembro de 2020, a Renova protocolou novos Planos de Recuperação Judicial nos autos do processo. Os planos de recuperação judicial

Notas Explicativas



encontram-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em 17 de novembro de 2020. Até a presente data, não foram mensurados os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial da controlada em conjunto sobre os seus saldos contábeis.

No contexto da recuperação judicial, a Renova celebrou com a Cemig (controladora da Cemig GT) empréstimo do tipo “*debtor-in-possession*” (“DIP”), no montante total de R\$36.500, cujos recursos, na modalidade de mútuo pós concursal, foram autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, e garantidos por alienação fiduciária de ações de uma empresa constituída por um projeto eólico de propriedade da Renova, além de possuírem prioridade no recebimento no decorrer do processo de recuperação judicial. Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019, a Cemig GT concedeu à Renova um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$5.000.

Em 02 de maio de 2020, o juiz da Recuperação Judicial determinou a requalificação como capital próprio dos montantes repassados à Renova pela Cemig a título de empréstimos do tipo DIP, no montante total de R\$36.500, com garantia real constituída e registrada. A Cemig apresentou Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados pelo juiz. Está em andamento o recurso de agravo contra a decisão do juiz de primeira instância, que está suspensa por decisão do Tribunal ao receber o referido agravo. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da Cemig. Em razão das incertezas acerca da situação financeira da investida, a Cemig reconheceu, no segundo trimestre de 2020, perda no valor recuperável pelo montante total atualizado de seus créditos junto à Renova, de R\$37.361.

Em 4 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Renova aprovou o aceite da oferta realizada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda. de financiamento na modalidade Debtor in Possession (DIP) de até R\$350.000, a serem destinados especialmente para o reinício das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A, cujas condições precedentes incluem a aprovação na Assembleia Geral de Credores no âmbito do Processo de Recuperação Judicial em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP. A Renova se comprometeu com um período de exclusividade para a negociação satisfatória entre as partes.

Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022 e está devidamente alinhada ao planejamento estratégico traçado para o cumprimento do plano de reestruturação da Renova.

Em 8 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Renova aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Prisma Capital Ltda. para aquisição dos direitos e ativos relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B, na condição de primeiro proponente (“Stalking Horse”) e com direito de preferência na aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo a aprovação na Assembleia Geral de Credores e a realização de um processo competitivo a ser realizado para a alienação da UPI Fase B, no âmbito do Processo de

Notas Explicativas



Recuperação Judicial. Os recursos obtidos serão destinados ao cumprimento das suas obrigações no Plano de Recuperação Judicial e o reinício das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

Em 23 de outubro de 2020, foi publicado o Edital de Convocação para a Assembleia Geral de Credores (“AGC”) da Renova e suas controladas. A AGC não foi instaurada na data de sua primeira convocação, em 10 de novembro de 2020, em razão de falta de quórum, estando agendada a 2ª convocação para 17 de novembro de 2020.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas informações contábeis intermediárias.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 30 de setembro de 2020, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$175.722 (R\$3.309.499 em 31 de dezembro de 2019) e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

A NESA aderiu ao programa do BNDES de apoio à manutenção da capacidade produtiva, emprego e renda, diante do cenário da crise causada pela pandemia Covid-19, obtendo a suspensão do pagamento da Parcela Direta – FINEM de junho a novembro de 2020, e da Parcela Indireta de julho a dezembro de 2020, tendo como contrapartida a não distribuição de dividendos em 2020 acima de 25%. A adesão da investida a esse programa contribuiu significativamente para redução do seu capital circulante líquido negativo em 30 de setembro de 2020.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de setembro de 2020 é de aproximadamente R\$2.239.000 (R\$1.962.000 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Madeira Energia S.A. (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

Notas Explicativas



A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas demonstrações financeiras.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de Ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Notas Explicativas



Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Como resultado da análise acima mencionada, a Renova concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da investida e, assim, não seria necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. O valor restante, de R\$142 milhões, já havia sido lançado contra o resultado em períodos anteriores, não produzindo efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2020.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do ressarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.

Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 30 de setembro de 2020 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida possam impactar significativamente as informações contábeis intermediárias da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação

Notas Explicativas



independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

No segundo semestre de 2019, a Cemig (controladora da Companhia) assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ). A Cemig tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2020, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela empresa especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2020			31/12/2019		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	7.306.336	(5.046.613)	2.259.723	7.244.763	(4.929.379)	2.315.384
Terrenos	247.793	(22.039)	225.754	247.453	(19.178)	228.275
Reservatórios, barragens e adutoras	3.299.559	(2.259.469)	1.040.090	3.279.784	(2.199.659)	1.080.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.099.881	(831.326)	268.555	1.091.605	(818.120)	273.485
Máquinas e equipamentos	2.625.559	(1.905.054)	720.505	2.592.087	(1.864.599)	727.488
Veículos	20.602	(18.637)	1.965	20.616	(17.687)	2.929
Móveis e utensílios	12.942	(10.088)	2.854	13.218	(10.136)	3.082
Em curso	143.133	-	143.133	133.103	-	133.103
Ativos em curso	143.133	-	143.133	133.103	-	133.103
Imobilizado líquido	7.449.469	(5.046.613)	2.402.856	7.377.866	(4.929.379)	2.448.487

Controladora	30/09/2020			31/12/2019		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	6.175.767	(4.489.725)	1.686.042	6.153.927	(4.404.015)	1.749.912
Terrenos	243.194	(21.690)	221.504	243.194	(18.867)	224.327
Reservatórios, barragens e adutoras	3.021.820	(2.122.872)	898.948	3.003.075	(2.069.552)	933.523
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013.359	(794.036)	219.323	1.013.385	(782.773)	230.612
Máquinas e equipamentos	1.864.304	(1.522.784)	341.520	1.860.907	(1.505.381)	355.526
Veículos	20.388	(18.423)	1.965	20.401	(17.473)	2.928
Móveis e utensílios	12.702	(9.920)	2.782	12.965	(9.969)	2.996
Em curso	82.801	-	82.801	72.279	-	72.279
Ativos em curso	82.801	-	82.801	72.279	-	72.279
Imobilizado líquido	6.258.568	(4.489.725)	1.768.843	6.226.206	(4.404.015)	1.822.191

Notas Explicativas



A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2020
Em serviço	2.315.384	13.726	66.181	(2.290)	(133.278)	2.259.723
Terrenos (1)	228.275	340	2	-	(2.863)	225.754
Reservatórios, barragens e adutoras	1.080.125	-	19.840	(54)	(59.821)	1.040.090
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.485	-	8.725	(56)	(13.599)	268.555
Máquinas e equipamentos	727.488	13.386	37.594	(2.174)	(55.789)	720.505
Veículos	2.929	-	-	(1)	(963)	1.965
Móveis e utensílios	3.082	-	20	(5)	(243)	2.854
Em curso	133.103	80.958	(67.684)	(3.244)	-	143.133
Imobilizado líquido	2.448.487	94.684	(1.503)	(5.534)	(133.278)	2.402.856

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e para Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 15).

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2019
Em serviço	2.540.035	-	41.831	(4.766)	(144.680)	2.432.420
Terrenos (1)	214.967	-	16.939	(10)	(2.252)	229.644
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	14.303	(4.753)	(60.356)	1.099.689
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.688	-	(15.904)	-	(14.024)	283.760
Máquinas e equipamentos	853.054	-	26.469	-	(66.661)	812.862
Veículos	4.525	-	(60)	-	(1.157)	3.308
Móveis e utensílios	3.306	-	84	(3)	(230)	3.157
Em curso	119.186	45.156	(38.093)	(6)	-	126.243
Imobilizado líquido	2.659.221	45.156	3.738	(4.772)	(144.680)	2.558.663

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço, do Ativo de Contrato (vide nota explicativa nº 12) e do Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 15).

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2020
Em serviço	1.749.912	5	35.989	(668)	(99.196)	1.686.042
Terrenos (1)	224.327	-	-	-	(2.823)	221.504
Reservatórios, barragens e adutoras	933.523	-	18.746	-	(53.321)	898.948
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.612	-	427	(56)	(11.660)	219.323
Máquinas e equipamentos	355.526	5	16.808	(607)	(30.212)	341.520
Veículos	2.928	-	-	-	(963)	1.965
Móveis e utensílios	2.996	-	8	(5)	(217)	2.782
Em curso	72.279	46.511	(35.989)	-	-	82.801
Imobilizado líquido	1.822.191	46.516	-	(668)	(99.196)	1.768.843

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2019
Em serviço	1.939.887	-	22.023	(11)	(103.878)	1.858.021
Terrenos (1)	210.963	-	16.939	(11)	(2.211)	225.680
Reservatórios, barragens e adutoras	996.451	-	8.327	-	(53.850)	950.928
Edificações, obras civis e benfeitorias	269.263	-	(16.848)	-	(12.155)	240.260
Máquinas e equipamentos	455.563	-	13.521	-	(34.305)	434.779
Veículos	4.505	-	(59)	-	(1.140)	3.306
Móveis e utensílios	3.142	-	143	-	(217)	3.068
Em curso	85.318	17.371	(22.029)	(6)	-	80.654
Imobilizado líquido	2.025.205	17.371	(6)	(17)	(103.878)	1.938.675

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e para o Ativo de Contrato (vide nota explicativa nº 12).

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,31%.

Notas Explicativas



A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2020	31/12/2019
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,73	218.111	217.210
Depreciação acumulada			(115.124)	(109.012)
Total em operação			102.987	108.198
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	887	980
Total em construção			887	980
Total			103.874	109.178

15. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/09/2020			31/12/2019		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	298.900	(168.098)	130.802	296.397	(148.179)	148.218
Servidão	13.217	(3.858)	9.359	11.749	(3.292)	8.457
Concessão onerosa	19.169	(13.118)	6.051	19.169	(12.609)	6.560
Ativos da concessão (1)	202.337	(93.231)	109.106	202.337	(75.659)	126.678
Outros	64.177	(57.891)	6.286	63.142	(56.619)	6.523
Em curso	7.023	-	7.023	7.369	-	7.369
Ativos em formação	7.023	-	7.023	7.369	-	7.369
Intangível líquido	305.923	(168.098)	137.825	303.766	(148.179)	155.587

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante de R\$109.106 são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Notas Explicativas



Controladora	30/09/2020			31/12/2019		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	94.387	(74.646)	19.741	93.366	(72.448)	20.918
Servidão	11.451	(3.766)	7.685	11.451	(3.292)	8.159
Concessão onerosa	19.169	(13.118)	6.051	19.169	(12.609)	6.560
Outros	63.767	(57.762)	6.005	62.746	(56.547)	6.199
Em curso	7.007	-	7.007	7.342	-	7.342
Ativos em formação	7.007	-	7.007	7.342	-	7.342
Intangível líquido	101.394	(74.646)	26.748	100.708	(72.448)	28.260

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Impairment (1)	Capitalização/ Transferência (2)	Amortização	Saldo em 30/09/2020
Em serviço	148.218	-	(8.459)	3.406	(12.363)	130.802
Servidão	8.457	-	-	1.468	(566)	9.359
Concessão onerosa	6.560	-	-	-	(509)	6.051
Ativos da concessão	126.678	-	(8.459)	-	(9.113)	109.106
Outros	6.523	-	-	1.938	(2.175)	6.286
Em curso	7.369	1.557	-	(1.903)	-	7.023
Ativos em formação	7.369	1.557	-	(1.903)	-	7.023
Total	155.587	1.557	(8.459)	1.503	(12.363)	137.825

(1) Inclui a perda no valor recuperável de R\$8.459, reconhecida "em outras despesas" como resultado do teste de impairment dos ativos de concessão de geração eólica de Volta do Rio, em 30 de junho de 2020. Mais informações no decorrer desta nota explicativa.

(2) Saldo referente à transferência do Ativo Imobilizado (vide nota explicativa nº 14) e de bens em curso para bens em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Baixa	Amortização	Saldo em 30/09/2019
Em serviço	191.135	-	(3.132)	(668)	(14.056)	173.279
Servidão	9.085	-	-	-	(506)	8.579
Concessão onerosa	7.239	-	-	-	(509)	6.730
Direitos de exploração	162.106	-	2.881	(668)	(13.033)	151.286
Outros	12.705	-	(6.013)	-	(8)	6.684
Em curso	6.448	1.563	(612)	-	-	7.399
Ativos em formação	6.448	1.563	(612)	-	-	7.399
Total	197.583	1.563	(3.744)	(668)	(14.056)	180.678

(1) Saldo referente à transferência para o Ativo Imobilizado (vide nota explicativa nº 14) e de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 30/09/2020
Em serviço	20.918	-	1.892	(3.069)	19.741
Servidão	8.159	-	-	(474)	7.685
Concessão onerosa	6.560	-	-	(509)	6.051
Outros	6.199	-	1.892	(2.086)	6.005
Em curso	7.342	1.557	(1.892)	-	7.007
Ativos em formação	7.342	1.557	(1.892)	-	7.007
Total	28.260	1.557	-	(3.069)	26.748

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 30/09/2019
Em serviço	24.267	-	612	(3.228)	21.651
Servidão	8.787	-	-	(506)	8.281
Concessão onerosa	7.239	-	-	(509)	6.730
Outros	8.241	-	612	(2.213)	6.640
Em curso	6.448	1.255	(612)	-	7.091
Ativos em formação	6.448	1.255	(612)	-	7.091
Total	30.715	1.255	-	(3.228)	28.742

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Notas Explicativas



A taxa de amortização média anual da Companhia e de suas controladas é de 10,92%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu uma perda no valor recuperável do ativo intangível relativo ao direito de autorização de geração eólica da controlada Volta do Rio, no montante de R\$21.684, registrada em “outras despesas” na demonstração de resultados. O teste de impairment do ativo intangível referente à autorização de geração de energia eólica concedida à Volta do Rio decorre do não atingimento da performance operacional esperada em 2019 para os ativos da controlada.

Em 30 de junho de 2020, em razão da manutenção da performance operacional inferior às expectativas, foi realizado o teste de impairment do ativo intangível relativo ao direito de autorização de geração eólica de Volta do Rio, resultando no reconhecimento de perda em seu valor recuperável no montante de R\$8.459, em “outras despesas” na demonstração de resultado. Em 30 de setembro de 2020, não houve indicativos de perda no valor recuperável dos ativos da controlada, além daquela reconhecida no primeiro semestre de 2020.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido para a atividade pela Companhia, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contêm arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram imateriais.

Notas Explicativas



As taxas de desconto foram obtidas com referência na taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e é amortizado em bases lineares até o término do prazo do contrato de arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.823	16.379	61.202
Adição	11.109	-	11.109
Amortização	(8.020)	(4.475)	(12.495)
Saldos em 30 de setembro de 2019	47.912	11.904	59.816
Saldos em 31 de dezembro de 2019	42.260	10.724	52.984
Baixa (contratos encerrados)	(173)	-	(173)
Adição	1.270	-	1.270
Amortização (1)	(5.297)	(4.603)	(9.900)
Remensuração (2)	10	-	10
Saldos em 30 de setembro de 2020	38.070	6.121	44.191

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.735	14.810	59.545
Adição	11.109	-	11.109
Amortização	(8.011)	(4.083)	(12.094)
Saldos em 30 de setembro de 2019	47.833	10.727	58.560
Saldos em 31 de dezembro de 2019	41.903	9.678	51.581
Amortização (1)	(5.251)	(4.211)	(9.462)
Remensuração (2)	10	-	10
Saldos em 30 de setembro de 2020	36.662	5.467	42.129

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$483 e R\$482, para consolidado e controladora, respectivamente.

(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto, conforme determinações do CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

Notas Explicativas



	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	61.202	59.545
Adição	11.109	11.109
Juros incorridos	5.531	5.415
Pagamentos efetuados	(16.334)	(15.862)
Saldos em 30 de setembro de 2019	61.508	60.207
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.059	53.599
Baixa (contratos encerrados)	(174)	-
Adição	1.270	-
Juros incorridos (2)	4.307	4.134
Arrendamentos pagos	(12.757)	(12.195)
Juros sobre arrendamentos pagos	(798)	(786)
Remensuração (3)	10	10
Saldos em 30 de setembro de 2020	46.917	44.762
Passivo circulante	11.815	11.055
Passivo não circulante	35.102	33.707

- (1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamentos reconhecido no balanço patrimonial na data da adoção inicial foi de 7,96% a.a., 10,64% a.a. e 13,17% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 2 anos, entre 2 a 5 anos e acima de 5 anos. As taxas aplicadas para os contratos celebrados durante o ano de 2019 foram de 6,87% a.a., 7,33% a.a. e 8,08% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 3 anos, entre 3 a 4 anos e acima de 4 anos. Para determinação da taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou como referência cotações obtidas junto a instituições financeiras, sendo essa função do risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação.
- (2) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$277 e R\$274 para consolidado e controladora, respectivamente.
- (3) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de PIS/Pasep e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	131.586	46.917	130.547	44.762
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	11.519	3.569	11.384	3.521

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2020	3.434	3.273
2021	10.246	9.607
2022	5.133	5.103
2023	5.121	5.094
2024	5.116	5.093
2025 a 2045	102.536	102.377
Valores não descontados	131.586	130.547
Juros embutidos	(84.669)	(85.785)
Passivo de arrendamento	46.917	44.762

Notas Explicativas



17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Suprimento e transporte de energia elétrica	391.236	354.570	368.609	344.248
Materiais e serviços	49.119	67.742	38.104	52.069
	440.355	422.312	406.713	396.317

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante				
ICMS	19.111	15.410	15.341	11.723
Pasep	13.885	4.371	11.017	2.973
Cofins	62.904	18.945	50.834	13.630
INSS	12.413	5.340	11.282	4.378
ISSQN	1.570	1.893	1.138	1.430
Outros	6.744	5.289	6.381	4.874
	116.627	51.248	95.993	39.008
Não circulante (1)				
Pasep	13	52	-	10
Cofins	59	300	-	62
	72	352	-	72
	116.699	51.600	95.993	39.080

(1) Valores apresentados no Balanço Patrimonial no grupo de Outras obrigações.

Em função da pandemia do Covid 19, a Companhia aderiu aos programas governamentais de postergação do pagamento de impostos, taxas e contribuições, substancialmente referente às competências de março, abril e maio. Parcela dos créditos tributários que tiveram seu vencimento prorrogado foi recolhida em agosto de 2020, sendo que o restante será pago até o término do exercício social, nos termos da legislação.

Notas Explicativas



19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado 30/09/2020			Consolidado 31/12/2019
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	294.132	8.461.051	8.755.183	6.091.742
(-) Custos de transação				-	(16.435)	(16.435)	(18.656)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(26.526)	(26.526)	(30.040)
Dívida em moeda estrangeira				294.132	8.418.090	8.712.222	6.043.046
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2020	IPCA	R\$	-	-	-	185
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	51.700	-	51.700	60.516
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	105.065	-	105.065	117.710
Dívida em moeda nacional				156.765	-	156.765	178.411
Total de empréstimos e financiamentos				450.897	8.418.090	8.868.987	6.221.457
DEBÊNTURES							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	373.025	357.008	730.033	1.087.989
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	-	-	-	17.292
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (4)	2021	140,00% do CDI	R\$	288.878	72.169	361.047	578.067
(-) Custos de transação				(8.952)	(2.256)	(11.208)	(18.022)
Total de debêntures				652.951	426.921	1.079.872	1.665.326
Total geral				1.103.848	8.845.011	9.948.859	7.886.783

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

(2) Central Eólica Praias de Parajuru.

(3) Central Eólica Volta do Rio.

(4) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 30/09/2020			Controladora 31/12/2019
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	294.132	8.461.051	8.755.183	6.091.742
(-) Custos de transação				-	(16.435)	(16.435)	(18.656)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(26.526)	(26.526)	(30.040)
Dívida em moeda estrangeira				294.132	8.418.090	8.712.222	6.043.046
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2020	IPCA	R\$	-	-	-	185
Dívida em moeda nacional				-	-	-	185
Total de empréstimos e financiamentos				294.132	8.418.090	8.712.222	6.043.231
DEBÊNTURES							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	373.025	357.008	730.033	1.087.989
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	-	-	-	17.292
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	288.878	72.169	361.047	578.067
(-) Custos de transação				(8.952)	(2.256)	(11.208)	(18.022)
Total de debêntures				652.951	426.921	1.079.872	1.665.326
Total geral				947.083	8.845.011	9.792.094	7.708.557

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;

(2) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Notas Explicativas



A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas						
Dólar Norte Americano	205.893	88.239	-	-	8.461.051	8.755.183
Total por moedas	205.893	88.239	-	-	8.461.051	8.755.183
Indexadores						
IPCA (1)	26.517	346.508	357.008	-	-	730.033
CDI (2)	72.360	288.687	-	-	-	361.047
TJLP (3)	30.471	113.933	12.361	-	-	156.765
Total por indexadores	129.348	749.128	369.369	-	-	1.247.845
(-) Custos de transação	(2.232)	(8.952)	(24)	-	(16.435)	(27.643)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	(26.526)	(26.526)
Total geral	333.009	828.415	369.345	-	8.418.090	9.948.859

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

Controladora	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas						
Dólar Norte Americano	205.893	88.239	-	-	8.461.051	8.755.183
Total por moedas	205.893	88.239	-	-	8.461.051	8.755.183
Indexadores						
IPCA (1)	26.517	346.508	357.008	-	-	730.033
CDI (2)	72.360	288.687	-	-	-	361.047
Total por indexadores	98.877	635.195	357.008	-	-	1.091.080
(-) Custos de transação	(2.232)	(8.952)	(24)	-	(16.435)	(27.643)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	(26.526)	(26.526)
Total geral	302.538	714.482	356.984	-	8.418.090	9.792.094

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado de Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada em 30/09/2020 (%)	Variação acumulada em 30/09/2019 (%)	Indexador	Variação acumulada em 30/09/2020 (%)	Variação acumulada em 30/09/2019 (%)
Dólar Norte-Americano	39,94	7,47	IPCA	1,34	2,49
			CDI	2,29	4,67
			TJLP	(11,85)	(14,76)

Moeda	Variação acumulada no período de julho a setembro de 2020 (%)	Variação acumulada no período de julho a setembro de 2019 (%)	Indexador	Variação acumulada no período de julho a setembro de 2020 (%)	Variação acumulada no período de julho a setembro de 2019 (%)
Dólar Norte-Americano	3,01	8,67	IPCA	1,24	0,26
			CDI	0,51	1,52
			TJLP	(0,61)	(4,95)

Notas Explicativas



A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.198.912	8.035.545
Variação monetária	36.580	30.136
Variação cambial	434.396	434.396
Encargos financeiros provisionados	606.829	601.938
Amortização dos custos de transação	8.751	8.751
Encargos financeiros pagos	(449.205)	(449.205)
Amortização de principal	(537.892)	(537.892)
Saldos em 30 de setembro de 2019	8.298.371	8.123.669
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.886.783	7.708.557
Variação monetária	22.998	15.742
Variação cambial	2.415.000	2.415.000
Encargos financeiros provisionados	722.864	720.229
Amortização dos custos de transação	9.035	9.035
Encargos financeiros pagos (1)	(499.939)	(498.543)
Amortização de principal	(607.882)	(577.926)
Saldos em 30 de setembro de 2020	9.948.859	9.792.094

(1) O valor do IRRF sobre a remessa de juros ao exterior, no montante de R\$65.668, foi compensado com créditos de PIS/Pasep e Cofins.

Garantias

Em 30 de setembro de 2020 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

	30/09/2020
Aval e Fiança	9.442.208
Recebíveis	156.765
Ações	349.886
Total	9.948.859

Notas Explicativas



Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter Índice igual ou superior a 1,20	-	Anual (durante o período de amortização)
Financiamento Caixa Econômica Federal	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente
Parajuru e Volta do Rio (3)	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Companhia, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Ebitda de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Ebitda de 1,5x.
- (3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem *Covenants* Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, iniciado em julho de 2020.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 30 de setembro de 2020, com exceção do descumprimento de “*Covenant*” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$34.878, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 28.

Notas Explicativas



20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	2.661	5.949	-	3.100
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – Cfurh	13.555	9.767	9.931	6.951
Conta de desenvolvimento energético – CDE	58.951	58.327	58.950	58.327
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	1.563	999	773	809
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfra	7.154	8.353	7.154	8.353
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	1.662	1.503	1.117	1.106
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	140.631	128.248	128.820	118.283
Pesquisa expansão sistema energético	970	937	698	692
	227.147	214.083	207.443	197.621
Passivo circulante	167.120	168.785	156.023	157.638
Passivo não circulante	60.027	45.298	51.420	39.983

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	456.211	515.889	10.374	94.372	1.076.846
Despesa reconhecida no resultado	31.045	36.757	748	6.793	75.343
Contribuições pagas	(33.477)	(19.947)	(442)	(1.851)	(55.717)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2019	453.779	532.699	10.680	99.314	1.096.472
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	623.240	672.996	12.850	125.801	1.434.887
Despesa reconhecida no resultado	32.489	38.741	763	7.359	79.352
Contribuições pagas	(35.678)	(21.900)	(470)	(1.748)	(59.796)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2020	620.051	689.837	13.143	131.412	1.454.443
				30/09/2020	31/12/2019
Passivo circulante				64.504	62.550
Passivo não circulante				1.389.939	1.372.337

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$71.663 no período de janeiro a setembro de 2020 (R\$65.314 no período de janeiro a setembro de 2019), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$7.689 no período de janeiro a setembro de 2020 (R\$10.029 no período de janeiro a setembro de 2019).

Notas Explicativas



Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$111.100 (R\$128.172 em 31 de dezembro de 2019). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de setembro de 2020, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses *déficits* é de R\$120.983 (R\$124.499 em 31 de dezembro de 2019, referente aos *déficits* de 2015, 2016 e 2017). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para os *déficits* de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os *déficits* de 2015 e 2016, no montante de R\$81.205, e até 2033 para o *déficit* de 2017, no montante de R\$39.778. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Notas Explicativas



Consolidado	31/12/2019	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2020
Trabalhistas	69.043	9.791	-	(7.834)	71.000
Cíveis	182	13	-	-	195
Tributárias	285.940	7.181	-	(644)	292.477
Regulatórias	3.004	356	-	(83)	3.277
Outras	42.288	5.110	(53)	(207)	47.138
Total	400.457	22.451	(53)	(8.768)	414.087

Consolidado	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2019
Trabalhistas	54.901	18.562	(1.456)	(6.339)	65.668
Cíveis	168	110	-	(99)	179
Tributárias	2.874	258.685	(724)	(60)	260.775
Regulatórias	2.521	1.301	-	(918)	2.904
Outras	38.244	3.819	(662)	(143)	41.258
Total	98.708	282.477	(2.842)	(7.559)	370.784

Controladora	31/12/2019	Adições	Liquidações	30/09/2020
Trabalhistas	69.044	9.746	(7.790)	71.000
Cíveis	182	13	-	195
Tributárias	285.903	7.167	(631)	292.439
Regulatórias	3.004	357	(83)	3.278
Outras	42.072	5.053	(207)	46.918
Total	400.205	22.336	(8.711)	413.830

Controladora	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2019
Trabalhistas	54.035	18.562	(589)	(6.340)	65.668
Cíveis	168	110	-	(99)	179
Tributárias	2.874	258.685	(724)	(60)	260.775
Regulatórias	2.521	1.301	-	(918)	2.904
Outras	38.195	3.653	(663)	(141)	41.044
Total	97.793	282.311	(1.976)	(7.558)	370.570

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

Notas Explicativas



O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$158.032 (R\$163.224 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$69.964 foram provisionados (R\$68.007 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$7.563 (R\$7.163 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$1.036 (R\$1.036 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, mediante avaliação da Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em maio de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, uma vez que a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

Notas Explicativas



O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$349.928 (R\$341.988 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$290.384 (R\$283.861 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos, em 30 de setembro de 2020, para liquidar estas discussões.

Demais Ações tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$68.401 (R\$61.482 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$2.093 (R\$2.079 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$41.073 (R\$31.302 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$3.277 (R\$3.004 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$151.564 (R\$148.475 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$47.333 foram provisionados (R\$42.470 em 31 de dezembro de 2019). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Notas Explicativas



Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$67.190 (R\$66.483 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$69.234 (R\$68.137 em 31 de dezembro de 2019) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$18.082 (R\$17.747 em 31 de dezembro de 2019). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, Pis e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$75.990 (R\$80.249 em 31 de dezembro de 2019) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Notas Explicativas



Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$85.227 (R\$83.344 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$363.604 (R\$343.469 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,50% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. Em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a norma estadual que impõe à concessionária de energia elétrica o investimento de parcela da receita adquirida em proteção e preservação de recursos hídricos é inconstitucional por caracterizar

Notas Explicativas



intervenção indevida do Estado no contrato de concessão da exploração do aproveitamento energético dos cursos de água, atividade de competência da União. Em decorrência desta decisão, a Companhia reavaliou a probabilidade de perda para remota. O montante envolvido na discussão em 30 de setembro de 2020 é de R\$178.021 (R\$165.299 em 31 de dezembro de 2019).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$101.432 (R\$95.215 em 31 de dezembro de 2019).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$49.895 (R\$42.799 em 31 de dezembro de 2019), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$4.000.000 (R\$2.600.000 em 31 de dezembro de 2019), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Aumento de capital

A Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), realizada em 31 de julho de 2020 aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.400.000, para atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2019 as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais, excederam o capital social em R\$113.360. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$2.600.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, para R\$4.000.000, sendo mantidos o número e características das ações.

b) Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

Notas Explicativas



	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
Quantidade de ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro líquido (prejuízo) do período	367.979	791.761	3.005	(133.952)
Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído (em R\$)	0,13	0,27	0,00	(0,05)

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

24. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	5.367.636	5.247.834	4.830.700	4.675.991
Receita de concessão da transmissão – com impostos (b)	711.082	520.238	714.798	523.318
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	228.293	244.069	-	-
Receita de construção (d)	115.709	150.158	115.709	150.158
Transações com energia na CCEE (e)	90.701	413.848	82.128	393.662
Receita de indenização da transmissão (f)	357.253	124.057	357.253	124.057
Ressarcimentos contratuais	-	64.640	-	64.640
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 8a)	-	424.403	-	408.612
Outras receitas operacionais (g)	110.572	137.790	60.008	59.307
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (h)	(1.264.629)	(1.363.340)	(1.138.848)	(1.225.335)
	5.716.617	5.963.697	5.021.748	5.174.410

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.927.253	1.824.124	1.704.445	1.608.823
Receita de concessão da transmissão – com impostos (b)	186.433	184.178	187.846	185.342
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	81.881	67.918	-	-
Receita de construção (d)	41.665	67.169	41.665	67.169
Transações com energia na CCEE (e)	59.103	9.811	52.766	1.544
Receita de indenização da transmissão (f)	41.035	33.637	41.035	33.637
Outras receitas operacionais (g)	40.307	46.042	21.375	18.237
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (h)	(450.754)	(466.755)	(404.591)	(418.422)
	1.926.923	1.766.124	1.644.541	1.496.330

Notas Explicativas



(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Set/2020		Jan a Set/2019		Jan a Set/2020		Jan a Set/2019	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	8.268.207	2.112.414	9.638.560	2.338.288	7.380.790	1.981.357	8.473.942	2.132.952
Comercial	3.137.093	688.236	2.981.502	653.568	3.127.835	682.603	2.960.242	644.315
Rural	12.362	3.365	1.834	504	12.362	3.365	1.834	504
Subtotal	11.417.662	2.804.015	12.621.896	2.992.360	10.520.987	2.667.325	11.436.018	2.777.771
Fornec. não faturado, líquido	-	(4.491)	-	35.556	-	(13.556)	-	29.000
	11.417.662	2.799.524	12.621.896	3.027.916	10.520.987	2.653.769	11.436.018	2.806.771
Suprim. outras concessionárias (2)	9.873.587	2.462.941	8.799.289	2.267.271	9.345.392	2.076.155	8.499.918	1.925.916
Suprimento não faturado líquido	-	105.171	-	(47.353)	-	100.776	-	(56.696)
	21.291.249	5.367.636	21.421.185	5.247.834	19.866.379	4.830.700	19.935.936	4.675.991

	Consolidado				Controladora			
	Jul a Set/2020		Jul a Set/2019		Jul a Set/2020		Jul a Set/2019	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	2.820.599	744.975	3.399.353	844.666	2.519.608	700.862	2.977.366	766.148
Comercial	977.301	209.959	1.089.600	228.403	975.747	208.596	1.082.700	225.419
Rural	4.609	1.239	862	243	4.609	1.239	862	243
Subtotal	3.802.509	956.173	4.489.815	1.073.312	3.499.964	910.697	4.060.928	991.810
Fornec. não faturado, líquido	-	44.653	-	5.282	-	44.598	-	3.800
	3.802.509	1.000.826	4.489.815	1.078.594	3.499.964	955.295	4.060.928	995.610
Suprim. outras concessionárias (2)	3.183.397	836.887	3.132.171	773.913	2.924.217	674.217	3.004.859	647.912
Suprimento não faturado líquido	-	89.540	-	(28.383)	-	74.933	-	(34.699)
	6.985.906	1.927.253	7.621.986	1.824.124	6.424.181	1.704.445	7.065.787	1.608.823

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão da Transmissão

Corresponde à parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo de contrato, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$16.253 no período de janeiro a setembro de 2020 (R\$8.483 no período de janeiro a setembro de 2019).

Adicionalmente, como resultado da Revisão Tarifária Periódica (RTP), a base regulatória dos ativos de contrato foi remensurada, ocasionando o ajuste positivo de R\$198.714 no resultado da Companhia. Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

A Companhia está sujeita à penalidade pecuniária denominada Parcela Variável – PV, a qual é aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Essa penalidade é reconhecida como redução da receita de operação e manutenção da rede de transmissão no período em que ocorre. Os efeitos da Parcela Variável na receita de transmissão foram de R\$8.455 em 30 de setembro de 2020 (R\$7.775 em 30 de setembro de 2019).

Notas Explicativas



(c) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

(d) Receita de Construção

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão durante a fase de construção. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

(e) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

Correspondente à atualização do saldo de indenização de transmissão a receber, alocada no ativo financeiro e no ativo de contrato, conforme descrito nas notas explicativas nº 11 e 12.

Como resultado da Revisão Tarifária Periódica (RTP) foi realizado o ajuste positivo de R\$231.126 no resultado da Companhia, sendo que, deste valor, R\$10.183 se refere à parcela financeira da indenização, classificada no ativo financeiro, e R\$220.943 corresponde à parcela reincorporada à base de remuneração, alocada no ativo de contrato. Para mais informações, ver notas explicativas nº 11 e 12.

(g) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Tributos sobre a Receita				
ICMS	417.300	477.569	375.847	422.109
Cofins	457.028	483.978	411.910	434.281
PIS/Pasep	99.445	106.230	89.428	94.285
ISSQN	4.210	4.987	1.815	1.916
	977.983	1.072.764	879.000	952.591
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	11.572	12.600	9.905	10.980
Conta de desenvolvimento energético – CDE	170.298	176.846	170.298	176.847
Proinfra	27.861	39.369	27.861	39.369
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	9.936	10.300	7.739	8.047
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	9.936	10.300	7.739	8.047
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.968	5.150	3.870	4.023
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	10.227	7.906	6.717	6.224
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	41.848	28.105	25.719	19.207
	286.646	290.576	259.848	272.744
	1.264.629	1.363.340	1.138.848	1.225.335

Notas Explicativas



	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
Tributos sobre a Receita				
ICMS	144.983	183.105	131.155	163.031
Cofins	166.148	150.722	148.699	133.595
PIS/Pasep	36.068	32.719	32.284	29.005
ISSQN	1.293	1.578	521	530
	348.492	368.124	312.659	326.161
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	3.921	3.863	3.324	3.310
Conta de desenvolvimento energético – CDE	56.711	60.545	56.711	60.546
Proinfra	10.122	13.040	10.122	13.040
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.069	2.697	2.214	1.886
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	3.069	2.697	2.214	1.886
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.535	1.349	1.107	944
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	4.538	2.847	2.168	2.276
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	19.297	11.593	14.072	8.373
	102.262	98.631	91.932	92.261
	450.754	466.755	404.591	418.422

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Pessoal (a)	225.875	246.091	213.355	231.096
Participação dos empregados no resultado	27.230	38.140	27.158	38.002
Obrigações pós-emprego (nota 21)	71.663	65.314	71.663	65.314
Materiais	12.101	15.064	8.038	10.967
Serviços de terceiros (b)	110.350	118.779	77.509	90.104
Depreciação e amortização (1)	155.058	171.231	111.245	119.200
Provisões (c)	67.611	1.034.847	57.496	1.011.606
Encargos de uso da rede básica de transmissão	148.489	142.377	109.498	102.253
Energia elétrica comprada para revenda (d)	2.853.191	2.825.618	2.824.056	2.785.509
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	115.709	150.158	115.709	150.158
Outros custos e despesas operacionais líquidos (f)	62.542	11.633	43.413	7.841
	3.849.819	4.819.252	3.659.140	4.612.050

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$483 no consolidado e R\$482 na controladora.

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
Pessoal (a)	70.344	77.817	63.819	73.396
Participação dos empregados no resultado (reversão)	19.193	(4.191)	19.168	(4.280)
Obrigações pós-emprego	23.684	22.683	23.684	22.683
Materiais	5.935	4.909	4.012	3.284
Serviços de terceiros (b)	40.596	40.130	27.461	31.029
Depreciação e amortização (1)	50.883	57.296	36.628	39.890
Provisões (c)	12.339	288.592	14.503	273.280
Encargos de uso da rede básica de transmissão	50.201	50.124	37.178	35.201
Energia elétrica comprada para revenda (d)	1.068.046	1.126.457	1.043.104	1.088.712
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	41.665	67.169	41.665	67.169
Outros custos e despesas operacionais líquidos (recuperação de despesas) (f)	22.534	(3.285)	17.761	(5.790)
	1.405.420	1.727.701	1.328.983	1.624.574

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$159 para consolidado e para controladora.

Notas Explicativas



a) Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2020

Em abril de 2020, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2020), com período de adesão de 04 a 22 de maio de 2020, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço na empresa igual ou superior a 25 anos, a completar até 31 de dezembro de 2020. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, 50% do valor do aviso prévio, depósito da multa correspondente a 20% do valor base do FGTS, prêmio adicional de 50% do aviso prévio e do valor equivalente à multa de 20% do FGTS, e demais encargos previstos na legislação. O custo total para o programa corresponde a R\$11.348, representando a adesão de 61 empregados.

Em março de 2019, o montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$5.854 representando a adesão de 42 empregados.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Comunicação	2.129	2.776	1.804	2.315
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	26.184	29.327	13.257	15.614
Conservação e limpeza de prédios	18.464	20.426	14.879	15.690
Mão de obra contratada	9.263	1.276	2.076	1.231
Frete e passagens	492	1.805	490	1.802
Hospedagem e alimentação	1.496	2.505	1.464	2.488
Vigilância	5.942	6.046	4.016	4.045
Consultoria	3.659	4.186	3.261	3.879
Tecnologia da informação	9.097	7.516	7.602	6.256
Energia elétrica	2.882	2.972	2.422	2.500
Meio ambiente	5.659	8.195	4.526	5.914
Limpeza de faixas	3.375	3.061	3.375	3.032
Serviços de reprografia	1.579	1.973	933	1.226
Serviços advocatícios e custas processuais	2.606	4.414	2.387	4.303
Outros	17.523	22.301	15.017	19.809
	110.350	118.779	77.509	90.104

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
Comunicação	786	1.031	710	844
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	7.047	10.427	4.815	4.737
Conservação e limpeza de prédios	6.186	6.820	5.027	5.375
Mão de obra contratada (recuperação de despesas)	7.738	(1.015)	564	560
Frete e passagens	5	582	4	581
Hospedagem e alimentação	445	802	436	796
Vigilância	2.412	2.169	1.746	1.385
Consultoria	1.410	1.723	1.302	1.609
Tecnologia da informação	2.389	2.742	2.025	2.143
Energia elétrica	716	1.079	597	885
Meio ambiente	1.926	2.215	1.649	1.710
Limpeza de faixas	1.603	1.013	1.603	996
Serviços de reprografia	309	1.377	202	728
Serviços advocatícios e custas processuais	870	1.941	832	1.937
Outros	6.754	7.224	5.949	6.743
	40.596	40.130	27.461	31.029

Notas Explicativas



c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	12.167	31.315	2.114	7.374
Perda estimada para outros créditos a receber	-	3.247	-	3.247
Perda estimada com partes relacionadas (nota 27) (2)	-	688.031	-	688.031
Provisão (reversão) para contingências (nota 22) (3)				
Trabalhistas	9.791	17.106	9.746	17.973
Cíveis	13	110	13	110
Tributárias	7.181	257.961	7.167	257.961
Regulatórias	356	1.301	357	1.301
Outras	5.057	3.157	5.053	2.990
	22.398	279.635	22.336	280.335
	34.565	1.002.228	24.450	978.987
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 28)	33.046	32.619	33.046	32.619
	67.611	1.034.847	57.496	1.011.606

- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.
(2) Perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.
(3) As provisões para contingências são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (recuperação de despesas) (1)	(4.130)	12.238	(1.907)	(3.078)
Provisão (reversão) para contingências (2)				
Trabalhistas	1.382	5.925	1.337	5.931
Cíveis	7	29	7	29
Tributárias	2.128	258.681	2.114	258.681
Regulatórias	189	77	190	77
Outras	2.517	969	2.516	967
	6.223	265.681	6.164	265.685
	2.093	277.919	4.257	262.607
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG	10.246	10.673	10.246	10.673
	12.339	288.592	14.503	273.280

- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.
(2) As provisões para contingências são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Energia de curto prazo – CCEE	245.945	91.657	218.965	57.178
Energia adquirida no ambiente livre	2.885.932	3.006.562	2.881.785	2.997.959
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(278.686)	(272.601)	(276.694)	(269.628)
	2.853.191	2.825.618	2.824.056	2.785.509

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
Energia de curto prazo – CCEE	29.965	65.333	5.970	35.384
Energia adquirida no ambiente livre	1.142.123	1.168.393	1.139.640	1.158.311
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(104.042)	(107.269)	(102.506)	(104.983)
	1.068.046	1.126.457	1.043.104	1.088.712

e) Custo de Construção da Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Pessoal	6.128	6.664	6.128	6.664
Materiais	76.409	89.606	76.409	89.606
Serviços de terceiros	33.123	53.915	33.123	53.915
Outros (recuperação de despesas)	49	(27)	49	(27)
	115.709	150.158	115.709	150.158

Notas Explicativas



	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
Pessoal	2.862	2.606	2.862	2.606
Materiais	24.760	41.530	24.760	41.530
Serviços de terceiros	14.039	23.075	14.039	23.075
Outros (recuperação de despesas)	4	(42)	4	(42)
	41.665	67.169	41.665	67.169

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Arrendamentos e aluguéis (1)	2.230	3.830	1.552	2.759
Propaganda e publicidade	828	2.375	828	2.375
Subvenções e doações	112	2.884	112	1.938
Despesa concessão onerosa	2.094	2.127	2.087	2.120
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.470	1.830	990	1.283
Anuidade CCEE	2.005	2.275	1.983	2.275
Seguros	9.007	3.641	7.471	2.521
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	156	(14.585)	145	(14.585)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos de contrato (nota 12)	11.175	-	11.175	-
Forluz – Custeio administrativo	4.951	5.226	4.950	5.225
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	10.569	-	10.569	-
Ajuste referente à desvalorização em investimentos (nota 13)	8.459	-	-	-
Outros	9.486	2.030	1.551	1.930
	62.542	11.633	43.413	7.841

- (1) Referem-se aos arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06 (R2), assim como arrendamentos de baixo valor ou prazo inferior a um ano.
- (2) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$125 milhões (R\$98 milhões em 31 de dezembro de 2019), cabendo à Cemig o valor de R\$43 milhões (32 milhões em 31 de dezembro de 2019).

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
Arrendamentos e aluguéis (1)	145	1.894	375	1.212
Propaganda e publicidade	361	1.943	361	1.943
Subvenções e doações	-	1.918	-	1.018
Despesa concessão onerosa	707	840	705	833
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	529	437	200	169
Anuidade CCEE	634	818	634	819
Seguros	2.936	1.197	2.422	793
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	77	(17.355)	66	(17.355)
Forluz – Custeio administrativo	1.666	2.122	1.666	2.121
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	10.569	-	10.569	-
Outros	4.910	2.901	763	2.657
	22.534	(3.285)	17.761	(5.790)

- (1) Referem-se aos arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06 (R2), assim como arrendamentos de baixo valor ou prazo inferior a um ano.
- (2) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$125 milhões (R\$98 milhões em 31 de dezembro de 2019), cabendo à Cemig o valor de R\$43 milhões (32 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	22.538	33.389	13.854	15.451
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	6.473	16.272	2.775	3.994
Variação monetária	6.740	11.369	3.973	10.964
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	3.143	9.824	3.044	9.377
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap) (nota 28)	1.803.611	1.099.230	1.803.611	1.099.230
Encargos de créditos com partes relacionadas	2.839	47.596	-	47.596
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 8a)	9.966	247.967	9.565	237.859
Outras	32.728	17.587	31.898	16.501
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(1.515)	(11.858)	(2.957)	(11.134)
	1.886.523	1.471.376	1.865.763	1.429.838
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(722.864)	(606.829)	(720.229)	(601.938)
Amortização dos custos de transação (nota 19)	(9.035)	(8.751)	(9.035)	(8.751)
Variação monetária – Forluz	(7.689)	(10.029)	(7.689)	(10.029)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(22.998)	(36.580)	(15.742)	(30.136)
Variações monetárias	(17.637)	(7.192)	(12.150)	(6.874)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	(2.415.000)	(434.396)	(2.415.000)	(434.396)
Variação monetária de arrendamento (nota 16)	(4.030)	(5.531)	(3.860)	(5.415)
Outras	(6.124)	(15.935)	(1.059)	(13.704)
	(3.205.377)	(1.125.243)	(3.184.764)	(1.111.243)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.318.854)	346.133	(1.319.001)	318.595

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019	Jul a Set/2020	Jul a Set/2019
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	7.163	12.224	4.863	6.637
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	1.633	4.719	1.033	978
Variação monetária	1.756	2.689	935	2.500
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	602	4.063	598	3.874
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap)	2.651	485.836	2.651	485.836
Encargos de créditos com partes relacionadas	159	1.617	-	1.617
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	2.107	6.552	2.016	6.308
Outras	16.394	5.070	15.979	4.695
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(1.085)	(1.687)	(1.112)	(1.505)
	31.380	521.083	26.963	510.940
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(249.163)	(208.188)	(247.664)	(207.629)
Amortização dos custos de transação	(3.053)	(2.967)	(3.053)	(2.967)
Variação monetária – Forluz	(2.767)	(2.430)	(2.767)	(2.430)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures	(9.998)	(6.227)	(8.290)	(3.176)
Variações monetárias	(13.052)	(1.720)	(8.282)	(1.604)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(247.050)	(498.300)	(247.050)	(498.300)
Variação monetária de arrendamento	(1.353)	(1.791)	(1.241)	(1.755)
Outras	(423)	(12.173)	(214)	(11.979)
	(526.859)	(733.796)	(518.561)	(729.840)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(495.479)	(212.713)	(491.598)	(218.900)

Notas Explicativas



27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
CEMIG								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	781.769	781.769	-	-	-	-
Não circulante								
Mútuo partes relacionadas (1)	-	-	-	-	-	16.464	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	2.239	5.745	90.270	57.860	19.760	50.484	(739.617)	(537.215)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	8.196	6.002	405	-	(65.096)	(62.114)
Prestação de serviço	314	626	-	-	3.283	6.027	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	103.033	-	-	-	-	-	-
Contingências (3)	-	-	42.657	32.088	-	-	(10.569)	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	2.518	-	-	-	21.049	14.977	(30.006)	(10.267)
Adiantamento de entrega futura de energia (4)	10.075	40.081	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de serviço (5)	211	-	-	-	716	762	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	10.640	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	1.593	1.541	-	-	(17.636)	(15.366)
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	6.474	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	2.640	1.387	-	-	(17.670)	(13.618)
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.407	2.536	-	-	-	-	-	-
Renova								
Não circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(7.070)	-
Contas a receber (6)	-	-	-	-	-	93.708	-	(688.031)
Light								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	280	312	-	1.206	48.684	79.302	-	(5.556)
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	1.037	1.255	104	35	(9.116)	(9.845)
Prestação de serviço (5)	333	170	-	-	669	446	-	-
Hidrelétrica Itaocara								
Circulante								
Ajuste para perdas (7)	-	-	21.617	21.809	-	-	-	-
Outras Partes Relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de cooperação (8)	3.202	1.669	-	-	3.993	5.810	-	-
Operações com energia elétrica (2)	31.683	29.655	1.051	507	220.082	198.369	(20.209)	(20.657)

Notas Explicativas



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	142.474	18.282	-	-	4.733	5.526	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.323.555	372.601	-	-	-	-	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	143.218	916	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	34.350	32.775	-	-	(32.489)	(31.045)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (10)	-	-	-	-	-	-	(14.360)	(14.923)
Custeio administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(4.950)	(5.225)
Arrendamento operacional (12)	36.544	40.125	5.083	9.479	-	-	(946)	(11.804)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	585.701	590.465	-	-	-	-
Arrendamento operacional (12)	-	-	33.599	32.124	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	31.643	29.422	-	-	(39.504)	(37.505)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	671.337	656.424	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- Refere-se ao juros de 125,52% do CDI do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora Cemig no montante de R\$400.000, findo em julho de 2019;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$125 milhões (R\$98 milhões em 31 de dezembro de 2019), cabendo à Cemig o valor de R\$43 milhões (32 milhões em 31 de dezembro de 2019).
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feita em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecida por meio de Leilão, sendo o contrato registrado na CCEE. A Norte entregará a energia contratada à Cemig até 31/12/2020, com início em 01/01/2020. Até 30 de setembro de 2020, o montante de energia entregue alcança R\$30.006. O saldo remanescente do adiantamento em 30 de setembro de 2020 é de R\$10.075. Não há previsão de atualização financeira para o contrato;
- Referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e redes de transmissão;
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 (c), em junho de 2019, face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, foi registrada uma perda estimada na realização dos créditos pelo valor integral do saldo dos recebíveis detidos pela Companhia contra a investida no montante total de R\$688 milhões;
- Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 13);
- Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 21);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 (Edifício Aureliano Chaves, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz. A Cemig reitera que ainda está em processo de negociação com a Forluz para a devolução de mais andares do edifício Aureliano Chaves com o intuito de adequar os gastos com aluguel das sedes administrativas à nova realidade orçamentária da Companhia;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 21).

Notas Explicativas



Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Sá Carvalho S.A.	-	-	24.424	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	53.322	-
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	14.349	-
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	15.646	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	7.142	-
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	14.495	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	10.854	-
Rosal Energia S.A.	-	-	7.036	-
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	27.679	-
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1)	-	-	294	294
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	-	-	791	-
Cemig Trading S.A.	-	-	29.827	-
Aliança Geração de Energia S.A.	-	103.033	-	103.033
Outras	13.047	9.010	13.047	9.010
	13.047	112.043	218.906	112.337

(1) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2020, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições contratuais anuais	Vencimento	30/09/2020			31/12/2019		
				Cemig GT	Demais controladas	Total (consolidado)	Cemig GT 5,16%	Demais controladas 9,86%	Total (consolidado) 15,02%
GASMIG	Nota Promissória	107% do CDI	25/09/2020	-	-	-	523	998	1.521
				-	-	-	523	998	1.521

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

Notas Explicativas



	Jan a Set/2020	Jan a Set/2019
Remuneração	2.275	2.307
Participação nos resultados	856	629
Benefícios assistenciais	196	227
	3.327	3.163

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	30/09/2020		31/12/2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	479.779	479.779	46.727	46.727
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	2	1.116.363	1.116.363	1.135.038	1.135.038
Fundos vinculados	2	47.987	47.987	11.059	11.059
Depósitos vinculados a litígios	2	164.535	164.535	364.277	364.277
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.497.655	2.497.655	2.468.216	2.468.216
Indenizações a receber – Transmissão	3	1.211.275	1.211.275	1.280.652	1.280.652
		5.517.594	5.517.594	5.305.969	5.305.969
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		290.746	290.746	202.964	202.964
Títulos e valores mobiliários					
Letras financeiras – Bancos	2	732.906	732.906	279.547	279.547
Letras financeiras do Tesouro	1	254.400	254.400	47.268	47.268
Debêntures	2	-	-	52	52
		1.278.052	1.278.052	529.831	529.831
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	3.284.142	3.284.142	1.690.944	1.690.944
Indenizações a receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		4.100.344	4.100.344	2.507.146	2.507.146
		10.895.990	10.895.990	8.342.946	8.342.946
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(9.948.859)	(9.948.859)	(7.886.783)	(7.886.783)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(111.100)	(111.100)	(128.172)	(128.172)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(120.983)	(120.983)	(124.499)	(124.499)
Concessões a pagar	3	(21.856)	(21.856)	(19.692)	(19.692)
Fornecedores	2	(440.355)	(440.355)	(422.312)	(422.312)
Operações de arrendamento mercantil	2	(46.917)	(46.917)	(55.059)	(55.059)
		(10.690.070)	(10.690.070)	(8.636.517)	(8.636.517)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	3	(515.887)	(515.887)	(482.841)	(482.841)
		(11.205.957)	(11.205.957)	(9.119.358)	(9.119.358)

(1) Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

Notas Explicativas



- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções, desde que todas as variáveis relevantes deste modelo se baseiem em dados de mercado observáveis. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Companhia, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Notas Explicativas



Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de *swap*: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido a partir da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método *Black-Scholes-Merton* (BSM). O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas no item “b) Instrumentos Financeiros Derivativos”, desta nota explicativa.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 0,48% a 0,96%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. A previsão do preço de exercício das Opções de Venda corresponderia ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo por meio dos resultados.

Notas Explicativas



A Companhia utilizou para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo *Black-Scholes-Merton* ("BSM"). Foi considerado como hipótese que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como participações diretas na MESA. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de setembro de 2020 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nestas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$515.887 (R\$482.841 em 31 de dezembro de 2019), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando que o vencimento da opção de venda está previsto para ocorrer nos próximos 12 meses contados de 30 de setembro de 2020, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	32.619
Saldo em 30 de setembro de 2019	451.767
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841
Variação do valor justo	33.046
Saldo em 30 de setembro de 2020	515.887

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 0,45% a 4,45% ao ano e volatilidade entre 0,09 e 0,69 ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$507.795 e R\$524.101, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência

Notas Explicativas



complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020, sendo que a liquidação deveria ocorrer em até 15 dias contados a partir das manifestações.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia invocou o mecanismo contratual da Via Amigável para negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções, a qual, se restar infrutífera, possibilitará a invocação da cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes.

Em que pese a negociação em andamento entre a Companhia e os Fundos, em 30 de setembro de 2020, os instrumentos financeiros encontram-se valorizados e registrados em conformidade com os termos originais dos contratos.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 30 de setembro de 2020, no montante de R\$1.803.611 (ajuste positivo de R\$1.099.230 em 30 de setembro de 2019), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Notas Explicativas



Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato em 30/09/2020	Valor justo em 30/09/2020	Valor conforme contrato em 31/12/2019	Valor justo em 31/12/2019
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	1.878.749	2.330.534	813.535	1.235.102
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	641.269	953.608	108.532	455.842
					2.520.018	3.284.142	922.067	1.690.944
Ativo circulante						619.119		234.766
Ativo não circulante						2.665.023		1.456.178

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$3.284.142 (R\$1.690.944 em 31 de dezembro de 2019), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 30 de setembro de 2020, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$2.520.018 em 30 de setembro de 2020 (R\$922.067 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável, em 30 de setembro de 2021, o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), em R\$1.771.047 referente à opção (*call spread*) e R\$1.367.581 referentes ao *swap*, totalizando R\$3.138.628.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base 30/09/2020	Cenário provável 30/09/2021	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	7.406.363	7.010.276	6.075.986	5.184.936
Swap ponta passiva	(5.728.877)	(5.642.695)	(5.746.469)	(5.845.958)
Opção/Call Spread	1.606.656	1.771.047	1.186.872	460.055
Instrumento derivativo de hedge	3.284.142	3.138.628	1.516.389	(200.967)

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

Notas Explicativas



c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de Juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativos				
Equivalentes de caixa - CDI (nota 5)	290.746	202.964	233.918	133.705
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 6)	1.467.085	373.594	1.029.022	128.490
Fundos vinculados – CDI	47.987	11.059	14.529	11.019
	1.805.818	587.617	1.277.469	273.214
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 19)	(361.047)	(578.067)	(361.047)	(578.067)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 19)	(156.765)	(178.226)	-	-
	(517.812)	(756.293)	(361.047)	(578.067)
Ativo (Passivo) líquido exposto	1.288.006	(168.676)	916.422	(304.853)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de setembro de 2021, a taxa Selic será de 2,00% e a taxa TJLP será de 4,56%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	30/09/2020	30/09/2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
		SELIC 2,00% TJLP 4,56%	SELIC 1,50% TJLP 3,42%	SELIC 1,00% TJLP 2,28%
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	290.746	296.561	295.107	293.653
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.467.085	1.496.427	1.489.091	1.481.756
Fundos vinculados	47.987	48.947	48.707	48.467
	1.805.818	1.841.935	1.832.905	1.823.876
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 19)	(361.047)	(368.268)	(366.463)	(364.657)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 19)	(156.765)	(163.913)	(162.126)	(160.339)
	(517.812)	(532.181)	(528.589)	(524.996)
Ativo líquido exposto	1.288.006	1.309.754	1.304.316	1.298.880
Efeito líquido da variação das taxas de juros		21.748	16.310	10.874

Notas Explicativas



Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.497.655	2.468.216	-	-
Transmissão - Indenização a receber - IPCA (nota 11)	1.211.275	1.280.652	1.211.275	1.280.652
	3.708.930	3.748.868	1.211.275	1.280.652
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(730.033)	(1.105.466)	(730.033)	(1.105.466)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(111.100)	(128.172)	(111.100)	(128.172)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(120.983)	(124.499)	(120.983)	(124.499)
	(962.116)	(1.358.137)	(962.116)	(1.358.137)
Ativo (Passivo) líquido exposto	2.746.814	2.390.731	249.159	(77.485)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de setembro de 2021, a taxa IPCA será de 3,83%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	30/09/2020	30/09/2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 3,83%	Cenário Possível -25% IPCA 2,87%	Cenário Remoto -50% IPCA 1,92%
Ativos				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.497.655	2.593.315	2.569.338	2.545.610
Transmissão - Indenização a receber - IPCA (nota 11)	1.211.275	1.257.667	1.246.039	1.234.531
	3.708.930	3.850.982	3.815.377	3.780.141
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(730.033)	(757.993)	(750.985)	(744.050)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(111.100)	(115.355)	(114.289)	(113.233)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(120.983)	(125.617)	(124.455)	(123.306)
	(962.116)	(998.965)	(989.729)	(980.589)
Ativo líquido exposto	2.746.814	2.852.017	2.825.648	2.799.552
Efeito líquido da variação da inflação		105.203	78.834	52.738

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Moeda Estrangeira		Moeda Estrangeira	
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(1.552.145)	(8.755.183)	(1.511.336)	(6.091.742)
(Passivo) líquido exposto		(8.755.183)		(6.091.742)

Notas Explicativas



Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de setembro de 2021, será uma redução de 13,13% para o dólar (R\$4,90). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	30/09/2020	30/09/2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 4,90	Cenário Possível +25% Dólar 6,13	Cenário Remoto +50% Dólar 7,35
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(8.755.183)	(7.605.509)	(9.514.647)	(11.408.264)
(Passivo) líquido exposto	(8.755.183)	(7.605.509)	(9.514.647)	(11.408.264)
Efeito líquido da variação cambial		1.149.674	(759.464)	(2.653.081)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de *swap* para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Notas Explicativas



Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observados na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	35.367	495.077	1.120.022	8.753.956	-	10.404.422
Concessões a pagar	234	462	2.215	10.036	13.598	26.545
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.745	5.507	25.186	97.480	-	130.918
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.222	2.454	11.240	65.118	124.779	204.813
	39.568	503.500	1.158.663	8.926.590	138.377	10.766.698
Pré-fixadas						
Fornecedores	427.552	12.136	667	-	-	440.355
	467.120	515.636	1.159.330	8.926.590	138.377	11.207.053

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	24.880	474.027	1.024.315	8.716.859	-	10.240.081
Concessões a pagar	234	462	2.215	10.036	13.598	26.545
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.745	5.507	25.186	97.480	-	130.918
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.222	2.454	11.240	65.118	124.779	204.813
	29.081	482.450	1.062.956	8.889.493	138.377	10.602.357
Pré-fixadas						
Fornecedores	404.348	1.711	654	-	-	406.713
	433.429	484.161	1.063.610	8.889.493	138.377	11.009.070

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2020, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$59.353.

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Notas Explicativas



Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1)
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Entre 0% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

A Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid-19 encontram-se apresentados na nota 1.1..

Notas Explicativas



Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Antecipação do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, exceto pelo descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

d) Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Total do passivo	14.741.063	12.526.851	14.320.300	12.103.086
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(296.513)	(211.608)	(234.261)	(136.208)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(1.323.867)	(372.678)	(928.577)	(128.175)
Passivo líquido	13.120.683	11.942.565	13.157.462	11.838.703
Total do patrimônio líquido	5.504.180	5.136.201	5.504.180	5.136.201
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,38	2,33	2,39	2,30

Notas Explicativas



29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

As informações por segmento referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro 2019 estão apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	30/09/2020			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
ATIVO	16.744.443	3.370.983	129.817	20.245.243
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	3.980.855	-	-	3.980.855
ADIÇÕES AO SEGMENTO	96.972	115.709	-	212.681
RECEITA LÍQUIDA	4.717.661	927.625	71.331	5.716.617
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de uso da rede básica de transmissão	(148.489)	-	-	(148.489)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.853.191)	-	-	(2.853.191)
	(3.001.680)	-	-	(3.001.680)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(140.207)	(85.490)	(178)	(225.875)
Participação dos empregados no resultado	(18.299)	(8.931)	-	(27.230)
Obrigações pós emprego	(39.651)	(32.012)	-	(71.663)
Materiais	(9.412)	(2.689)	-	(12.101)
Serviços de terceiros	(80.520)	(29.674)	(156)	(110.350)
Depreciação e amortização	(151.351)	(3.698)	(9)	(155.058)
Provisões	(47.286)	(20.325)	-	(67.611)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(115.709)	-	(115.709)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(53.401)	(9.124)	(17)	(62.542)
	(540.127)	(307.652)	(360)	(848.139)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(3.541.807)	(307.652)	(360)	(3.849.819)
Resultado de equivalência patrimonial	(36.079)	-	-	(36.079)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	1.139.775	619.973	70.971	1.830.719
Receitas financeiras	1.706.684	176.977	2.862	1.886.523
Despesas financeiras	(2.892.485)	(312.868)	(24)	(3.205.377)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(46.026)	484.082	73.809	511.865
Imposto de renda e contribuição social	2.829	(137.646)	(9.069)	(143.886)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(43.197)	346.436	64.740	367.979

Notas Explicativas



DESCRIÇÃO	30/09/2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
ATIVO (1)	14.721.374	2.875.681	65.997	17.663.052
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO (1)	4.041.565	-	-	4.041.565
ADIÇÕES AO SEGMENTO	89.769	150.158	-	239.927
RECEITA LÍQUIDA	5.347.418	520.203	96.076	5.963.697
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de uso da rede básica de transmissão	(142.377)	-	-	(142.377)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.825.618)	-	-	(2.825.618)
	(2.967.995)	-	-	(2.967.995)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(157.718)	(88.190)	(183)	(246.091)
Participação dos empregados no resultado	(22.484)	(15.656)	-	(38.140)
Obrigações pós emprego	(37.011)	(28.303)	-	(65.314)
Materiais	(11.295)	(3.763)	(6)	(15.064)
Serviços de terceiros	(86.517)	(31.990)	(272)	(118.779)
Depreciação e amortização	(166.688)	(4.543)	-	(171.231)
Provisões	(920.251)	(114.596)	-	(1.034.847)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(150.158)	-	(150.158)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	318	(11.937)	(14)	(11.633)
	(1.401.646)	(449.136)	(475)	(1.851.257)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(4.369.641)	(449.136)	(475)	(4.819.252)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.390)	-	-	(11.390)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	966.387	71.067	95.601	1.133.055
Receitas financeiras	1.360.735	106.995	3.646	1.471.376
Despesas financeiras	(1.013.459)	(111.769)	(15)	(1.125.243)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.313.663	66.293	99.232	1.479.188
Imposto de renda e contribuição social	(642.883)	(32.163)	(12.381)	(687.427)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	670.780	34.130	86.851	791.761

(1) Saldos em 31 de dezembro de 2019.

A composição da receita da Companhia e suas controladas, segregada por segmento, para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019, é conforme segue:

	Janeiro a Setembro de 2020			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.367.636	-	-	5.367.636
Receita de transmissão – com impostos	-	711.082	-	711.082
Receita de atualização da bonificação pela outorga	228.293	-	-	228.293
Receita de construção	-	115.709	-	115.709
Transações com energia na CCEE	90.701	-	-	90.701
Receita de indenização da transmissão	-	357.253	-	357.253
Outras receitas operacionais	9.357	24.697	76.518	110.572
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(978.326)	(281.116)	(5.187)	(1.264.629)
Receita operacional líquida	4.717.661	927.625	71.331	5.716.617

	Janeiro a Setembro de 2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.247.834	-	-	5.247.834
Receita de transmissão – com impostos	-	520.238	-	520.238
Receita de atualização da bonificação pela outorga	244.069	-	-	244.069
Receita de construção	-	150.158	-	150.158
Transações com energia na CCEE	413.848	-	-	413.848
Receita de indenização da transmissão	-	124.057	-	124.057
Ressarcimentos contratuais	64.640	-	-	64.640
PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	424.403	-	-	424.403
Outras receitas operacionais	14.853	20.041	102.896	137.790
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.062.229)	(294.291)	(6.820)	(1.363.340)
Receita operacional líquida	5.347.418	520.203	96.076	5.963.697

Notas Explicativas



Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 24.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Incorporação da subsidiária integral Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.

Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação de sua subsidiária integral Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A., pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida a partir desta data e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do art. 227 da Lei 6.404/76.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital ou a necessidade de emissão de novas ações da Companhia.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Paulo Mota Henriques
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Rafael Falcão Noda
Diretor Cemigpar

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora – CRC-MG 77.839

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, encontram-se em andamento na Companhia, na sua controladora e em certas investidas, investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também outros acionistas dessas investidas e determinados executivos da Companhia, da sua controladora e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório foi entregue em 08 de maio de 2020, com a conclusão de que não foram identificadas evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes das investigações conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 03 de novembro de 2020 foram protocolados os Planos de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº11.101/05 da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas. A recuperação judicial da controlada em conjunto e de algumas de suas controladas tramita na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo e a controlada em conjunto deverá submeter os Planos de Recuperação Judicial para aprovação da assembleia geral de credores conforme termos e prazos estabelecidos na referida Lei. A controlada em conjunto não mensurou, até a presente data, os possíveis efeitos dos planos sobre os seus saldos contábeis. Além disso, a controlada em conjunto vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 30 de setembro de 2020, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 13 de novembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

.